
Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

***Demonstrações financeiras consolidadas em
31 de dezembro de 2020
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Banco") e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2020, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações



Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações



Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2021

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Paulo Rodrigo Pecht'.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Paulo Rodrigo Pecht'.

Paulo Rodrigo Pecht
Contador CRC 1SP213429/O-7

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Balço patrimonial consolidado

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

Ativo	Nota Explicativa	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota Explicativa	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Caixa e equivalentes a caixa	9	4.138.857	2.207.422	Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		6.677.494	6.522.493
				Instrumentos financeiros derivativos	10 (d)	6.677.494	6.522.493
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		11.445.421	7.821.441				
Aplicações no mercado aberto	10 (a)	1.002.197	1.921.579	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		6.816.530	1.538.500
Aplicações em depósitos interfinanceiros	10 (b)	157.545	104.719	Depósitos de clientes e instituições financeiras	14 (a)	6.280.094	930.284
Títulos e valores mobiliários	10 (c)	4.336.368	2.217.245	Captações de mercado aberto	14 (b)	536.436	230.884
Instrumentos financeiros derivativos	10 (d)	5.946.914	3.577.898	Obrigações por empréstimos	14 (c)	-	377.332
Operações de crédito	10 (e)	2.397	-				
				Obrigações fiscais		164.772	121.354
Ativo tangível	11	13.378	17.072	Imposto de renda e contribuição social – Corrente	27 (d)	39.706	29.702
				Imposto de renda e contribuição social – Diferido	27 (b) (e)	67.550	57.782
Ativos fiscais		13.089	7.964	Outras	27 (d)	57.516	33.870
Outros		13.089	7.964				
				Outros passivos	15	453.128	346.399
Outros ativos	13	617.384	398.037				
				Total do Passivo		14.111.924	8.528.746
				Patrimônio Líquido		2.116.205	1.923.190
				Capital social	17 (a)	1.528.096	1.468.596
				Reservas de capital	17 (b)	33.212	33.212
				Reservas de lucros	17 (c)	555.743	421.382
				Outros resultados abrangentes	15 (c)	(846)	-
Total do Ativo		16.228.129	10.451.936	Total do Passivo e Patrimônio líquido		16.228.129	10.451.936

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Demonstração consolidada do resultado

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

	Nota Explicativa	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Receitas de juros de instrumentos financeiros mensurados ao valor justo no resultado e similares	20	180.152	448.841
Despesas de juros e similares	21	(670.227)	(297.388)
Resultado líquido de juros		(490.075)	151.453
Receita líquida de comissões e prestação de serviços	23	662.063	605.509
Ganhos/(perdas) líquidas de ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado	22	597.599	(207.553)
Ganhos/(perdas) cambiais líquidos		114.800	235.586
Despesas de pessoal	25	(389.675)	(328.464)
Outras despesas administrativas	26	(108.445)	(124.836)
Outras receitas/(despesas) operacionais	24	(75.713)	(51.351)
Lucro operacional antes da tributação		310.554	280.344
Imposto de renda e contribuição social corrente	27 (a)	(93.295)	(90.969)
Imposto de renda e contribuição social diferido	27 (b)	(12.898)	7.405
Lucro líquido do exercício		204.361	196.780
Lucro líquido por ação (em reais)		0,13	0,13
Outros resultados abrangentes		(846)	-
Remensuração de plano de benefícios definidos	15 (c)	(846)	-
Resultado abrangente do exercício		203.515	196.780

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Reservas de capital	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2018	1.383.596	25.017	299.585	33.212	-	-	1.741.410
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	196.780	-	196.780
Total do resultado abrangente do exercício					196.780		196.780
Aumento de capital	85.000	-	-	-	-	-	85.000
Pagamento do plano baseado em ações	-	-	-	-	19.401	-	19.401
Repagamento do plano baseado em ações	-	-	-	-	(19.401)	-	(19.401)
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,07 por ação)	-	-	-	-	(100.000)	-	(100.000)
Destinações:		10.347	86.433		(96.780)		-
Reserva legal	-	10.347	-	-	(10.347)	-	-
Reserva estatutária	-	-	86.433	-	(86.433)	-	-
Em 31 de dezembro de 2019	1.468.596	35.364	386.018	33.212	-	-	1.923.190
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	204.361	-	204.361
Remensuração de plano de benefícios definidos	-	-	-	-	-	(846)	(846)
Total do resultado abrangente do exercício					204.361	(846)	203.515
Aumento de capital	59.500	-	-	-	-	-	59.500
Pagamento do plano baseado em ações	-	-	-	-	17.158	-	17.158
Repagamento do plano baseado em ações	-	-	-	-	(17.158)	-	(17.158)
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,05 por ação)	-	-	-	-	(70.000)	-	(70.000)
Destinações:		10.449	123.912		(134.361)		-
Reserva legal	-	10.449	-	-	(10.449)	-	-
Reserva estatutária	-	-	123.912	-	(123.912)	-	-
Em 31 de dezembro de 2020	1.528.096	45.813	509.930	33.212	-	(846)	2.116.205

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

	Nota Expli- cativa	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Atividades operacionais - caixa líquido proveniente (utilizado)		2.049.620	2.399.211
Lucro líquido do exercício ajustado		350.533	312.483
Lucro líquido do exercício		204.361	196.780
Ajustes ao lucro líquido:		146.172	115.703
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalente a caixa		100.686	95.662
Constituição/reversão de provisões operacionais		4.990	(1.918)
Outras receitas e despesas operacionais		(6.511)	(8.189)
Depreciação e amortização	26	22.810	20.198
Participações nos lucros		6.118	5.626
Ativos fiscais e passivos fiscais diferidos	27 (b)	12.898	(3.517)
Baixa do ativo imobilizado de uso		-	2
Despesa do plano de pagamento baseado em ações		5.181	7.839
(Aumento)/redução nos ativos e passivos operacionais:		1.699.087	2.086.728
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	10	(3.696.162)	3.371.438
Outros ativos	13	(241.087)	205.470
Passivos financeiros ao valor justo no resultado	10	155.001	1.788.689
Passivos financeiros ao custo amortizado	14	5.409.410	(2.912.170)
Outros passivos	15	214.355	(235.076)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(83.232)	(72.300)
Juros recebidos		72.182	128.839
Juros pagos		(131.380)	(188.162)
Atividades de investimento - caixa líquido proveniente (utilizado)		(2.499)	(2.335)
Aquisição/alienação de imobilizado		(2.508)	(2.337)
Baixa de ativo imobilizado		9	2
Atividades de financiamento - caixa líquido proveniente (utilizado)		(15.000)	(100.000)
Aumento de capital	17 (a)	(74.500)	85.000
Juros sobre capital próprio pagos	17 (d)	59.500	(185.000)
(Aumento)/redução líquida em caixa e equivalentes a caixa		2.032.121	2.296.876
Caixa e equivalentes a caixa no início do exercício	9	2.207.422	6.208
Variação cambial de caixas e equivalentes a caixa		(100.686)	(95.662)
Caixa e equivalentes a caixa no final do exercício	9	4.138.857	2.207.422
(Aumento)/redução líquida em caixa e equivalentes a caixa		2.032.121	2.296.876

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

1) Contexto operacional

O Consolidado Goldman Sachs (“Consolidado”) é composto pelo Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. (“Banco”) e por sua subsidiária integral Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Corretora”), instituições financeiras privadas, constituídas sob a forma de Sociedade Anônima, autorizadas a operar como banco múltiplo com a carteira de investimento, carteira de crédito e financiamento, incluindo a gestão e administração de carteiras de valores mobiliários e fundos de investimentos e a prática de operações de câmbio, bem como a prestação de serviços de corretagem para clientes locais e clientes institucionais estrangeiros que investem no País. Banco e Corretora estão localizados na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 700, na cidade de São Paulo, Brasil.

O Banco, parte integrante do Grupo Goldman Sachs (“Grupo”), iniciou suas atividades operacionais no final de 2006 e vem desenvolvendo plataforma para novos negócios relacionados às atividades financeiras do Grupo no Brasil e no exterior. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas do Grupo, atuando de forma integrada nos mercados financeiros nacional e internacional, sendo os benefícios dos serviços prestados e os custos comuns dessa estrutura apropriados a cada entidade correspondente.

Em 2008 o Banco passou a atuar como Participante de Liquidação Direta (PLD) da BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (atual B3 S.A. – Brasil Bolsa Balcão (“B3”)), passando a liquidar e custodiar suas operações de derivativos listados.

Em maio de 2008 o Banco Central do Brasil (“BACEN”) autorizou o Banco a constituir a Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Corretora”), sua subsidiária integral, a qual recebeu em dezembro de 2008 a autorização do Conselho de Administração da B3 para operar como corretora no segmento de ações na categoria pleno.

Em 30 de março de 2021, o Comitê de Auditoria revisou e aprovou as demonstrações financeiras consolidadas em IFRS relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

2) Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do Consolidado foram elaboradas em atendimento à Resolução nº 4.776/2020 emitida pelo Conselho Monetário Nacional (“CMN”), conforme alterada, que determina que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, registradas como companhia aberta ou que sejam líderes de conglomerado prudencial enquadrado no Segmento 1 (S1), no Segmento 2 (S2) ou no Segmento 3 (S3), conforme regulamentação específica, devem elaborar demonstrações financeiras anuais consolidadas adotando o padrão contábil internacional de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela *International Financial Reporting Standards Foundation* (IFRS Foundation).

3) Políticas contábeis e critérios de apuração

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) foram mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

3.1) Base para consolidação

- **Controlada**

Controladas são todas as entidades nas quais o Consolidado detém o controle. O Consolidado controla uma entidade quando está exposto, ou tem direito a retorno, às variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Consolidado. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Consolidado deixa de ter o controle.

As demonstrações financeiras da entidade sobre a qual o Consolidado exerce controle estão consolidadas. As operações entre empresas do Consolidado, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados no processo de consolidação. As práticas contábeis da controlada foram ajustadas para assegurar consistência com as práticas contábeis adotadas pelo Consolidado.

- **Escopo de consolidação**

Nome da Companhia	País de Registro	Segmento	Participação total (em %)	
			Participação em capital votante	Participação em capital social
Goldman Sachs do Brasil CTVM S.A.	Brasil	Financeira	100,00	100,00

3.2) Novos pronunciamentos e alterações e interpretações de pronunciamentos existentes

- **Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 31 de dezembro de 2020**

- I) **Estrutura Conceitual (*Conceptual Framework*)** – As principais alterações se referem a: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020 e não houve impactos para as Demonstrações Contábeis do Consolidado.
- II) **Interest Rate Benchmark Reform (IBOR Reform) Fase I – Alterações na IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações** – Reforma nas taxas de juros utilizadas como referências de mercado – IBOR (Interbank Offered Rate), que será finalizada em períodos futuros. As alterações normativas visam minimizar eventuais impactos nessas estruturas no cenário atual de pré-substituição de taxas. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020 e serão aplicadas até que ocorra a efetiva substituição das IBORs. Não foram identificados impactos relevantes para as Demonstrações Contábeis do Consolidado, no período de pré-substituição das IBORs. Para os contratos padronizados, o Consolidado assumirá as atualizações de taxas efetuadas pelas respectivas câmaras de compensação (clearings) e entidades auto reguladoras internacionais (International Swaps and Derivatives Association - ISDA). Nos demais contratos,

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

sempre que possível serão negociados e adequados de forma gradual até o final de 2021, data em que há expectativa de mercado para o fim de divulgação das IBORs.

III) **Alterações na IFRS 16 – Arrendamentos** – Expediente prático que permite aos arrendatários não caracterizar as concessões feitas ao arrendamento motivadas pela pandemia da COVID-19 como modificação de contrato. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de junho de 2020, sendo permitida a adoção antecipada. O Consolidado optou por não utilizar a exceção oriunda da norma e, desta forma, não houve impactos para as Demonstrações Contábeis do Consolidado.

• Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em exercícios futuros

I) **Interest Rate Benchmark Reform (IBOR Reform) Fase II – Alterações na IFRS 4 – Contratos de Seguro, IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, IFRS 16 – Arrendamentos e IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração: Fase II da reforma nas taxas de juros utilizadas como referências de mercado (IBOR).** As alterações resumem-se em:

- Modificação de ativos e passivos financeiros: Expediente prático que permite substituir, como consequência da reforma, a taxa de juros efetiva de um ativo financeiro ou passivo financeiro por uma nova taxa economicamente equivalente, sem desreconhecimento do contrato;
- Hedge accounting: Fim das isenções para avaliação da efetividade dos relacionamentos de hedge (Fase I) com o reconhecimento em resultado da parcela inefetiva, criação de subcarteiras para segregação dos contratos com as taxas alteradas para hedges de grupo de itens, prazo de 24 meses para identificação e segregação de novo risco baseado na alteração das taxas de juros, e atualizações nas documentações de hedge;
- Divulgação: Requerimentos sobre a divulgação dos riscos em que a entidade está exposta pela reforma, o gerenciamento deste risco e da evolução da transição das IBORs.

Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2021.

3.3) Conversão em moeda estrangeira

• Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas na moeda do ambiente econômico primário na qual a entidade opera (“moeda funcional”). Para o propósito de consolidação das demonstrações financeiras, o resultado e a posição financeira da entidade consolidada estão expressos em Reais.

• Transações e saldos

Transações em moeda estrangeira são aquelas originalmente denominadas ou com liquidação em moeda estrangeiras e são convertidas à moeda funcional utilizando a taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

Os itens ativos e passivos monetários são convertidos pelas taxas de câmbio no final de cada período referentes ao ativo e passivo monetário em moedas estrangeiras.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos com base na taxa de câmbio de fechamento em vigor na data do balanço patrimonial.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e conversões são reconhecidos pelas taxas de câmbio no final de cada período, referentes aos ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras nas demonstrações consolidadas do resultado.

3.4) Caixa e equivalentes a caixa

Caixa e equivalentes a caixa estão compostos por saldos em contas correntes e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento na data da aquisição é igual ou inferior a 90 dias, de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeito a risco insignificante de mudança de valor.

3.5) Ativos e passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo, acrescido, no caso de item não designado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

I) Classificação e Mensuração de Ativos Financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2018, o Consolidado passou a aplicar a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias de mensuração:

- Custo Amortizado;
- Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes;
- Valor Justo por meio do Resultado.

A classificação e a mensuração subsequente de ativos financeiros dependem de:

- O modelo de negócios no qual são administrados;
- As características de seus fluxos de caixa (*Solely Payment of Principal and Interest Test* – SPPI *Test*).

Modelo de negócios: representa a forma como é efetuada a gestão dos ativos financeiros para gerar fluxos de caixa e não depende das intenções da Administração em relação a um instrumento individual. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de: i) obter fluxos de caixa contratuais; ii) obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou iii) outros. Para avaliar os modelos de negócios, o Consolidado considera os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; como os gestores do negócio são remunerados; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

Quando o ativo financeiro é mantido nos modelos de negócios i) e ii) é necessária a aplicação do SPPI *Test*.

SPPI *Test*: avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Se os termos contratuais

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

introduzirem exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa, tais como exposição a alterações nos preços de instrumentos de patrimônio ou preços de *commodities*, o ativo financeiro é classificado como ao valor justo por meio do resultado. Contratos híbridos devem ser avaliados como um todo, incluindo todas as características embutidas. A contabilização de um contrato híbrido que contenha derivativo embutido é efetuada de forma conjunta, ou seja, todo o instrumento é mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Custo Amortizado

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado caso atenda às condições previstas no SPPI *Test*, além do modelo de negócio, e não seja designado ao valor justo por meio do resultado.

Em relação aos instrumentos mensurados ao custo amortizado, os juros auferidos são apurados mediante aplicação do método de juros efetivos, deduzindo a amortização do principal e juros, ajustados das provisões para perda de crédito esperada.

Taxa de Juros Efetiva

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta os recebimentos ou pagamentos futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro. Para o cálculo da taxa de juros efetiva, o Consolidado estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perda de crédito futura. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos.

A receita de juros é calculada aplicando-se a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. No caso de ativos financeiros com problemas de recuperação, é aplicada a taxa de juros efetiva ajustada (considera a perda de crédito esperada) ao custo amortizado do ativo financeiro.

Valor Justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O Consolidado classifica a hierarquia de valor justo conforme a relevância dos dados observados no processo de mensuração. O detalhamento sobre o valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo Derivativos, bem como sobre a hierarquia de valor justo estão detalhados na nota 8.

O custo médio é usado para determinar os ganhos e as perdas realizadas na alienação de ativos financeiros ao valor justo, os quais são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Perdas líquidas de ativos e passivos.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas, respectivamente, na data de negociação.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se expiram ou quando o Consolidado transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para baixa. Caso contrário, deve-se avaliar o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado com qualquer controle retido não impede a baixa.

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

Compensação

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial exclusivamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Perda de Crédito Esperada

O Consolidado avalia em bases prospectivas a perda de crédito esperada associada aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Modificação de Fluxos de Caixa Contratuais

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro são renegociados ou de outro modo modificados e isso não altera substancialmente seus termos e condições, o Consolidado não efetua sua baixa. Contudo, o valor contábil bruto desse ativo financeiro é recalculado como o valor presente dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados, descontados pela taxa de juros efetiva original e os efeitos da modificação são reconhecidos no resultado.

Quaisquer custos ou taxas incorridos ajustam o valor contábil modificado e são amortizados ao longo do prazo restante do ativo financeiro.

Se, por outro lado, a renegociação ou modificação alterar substancialmente os termos e condições do ativo financeiro, o Consolidado baixa o ativo original e reconhece um novo. A data da renegociação é, conseqüentemente, considerada a data de reconhecimento inicial do novo ativo para fins de cálculo de perda de crédito esperada, inclusive para determinar aumentos significativos no risco de crédito.

O Consolidado também avalia se o novo ativo financeiro pode ser considerado como originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito, especialmente quando a renegociação foi motivada por dificuldades financeiras do devedor. Diferenças entre o valor contábil do ativo original e o valor justo do novo ativo são reconhecidas imediatamente na Demonstração Consolidada do Resultado.

Transferência de Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando o Consolidado transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de sua propriedade. Caso não seja possível identificar a transferência de todos os riscos e benefícios, deve-se avaliar o controle para determinar o envolvimento contínuo relacionado à transação.

Se houver a retenção de riscos e benefícios, o ativo financeiro permanece registrado e é efetuado o reconhecimento de um passivo pela contraprestação recebida.

II) Classificação e Mensuração de Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto por:

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

- **Passivos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado:** classificação aplicada a derivativos. O Consolidado poderá designar passivos financeiros, irrevogavelmente, ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo), quando a opção reduz ou elimina significativamente inconsistências de mensuração ou de reconhecimento.

Baixa e Modificação de Passivos Financeiros

O Consolidado baixa um passivo financeiro do Balanço Patrimonial Consolidado quando ele for extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liberada, cancelada ou vencer.

Uma troca de instrumento de dívida ou modificação substancial dos termos de um passivo financeiro é contabilizada como extinção do passivo financeiro original e um novo é reconhecido.

Uma modificação substancial dos termos contratuais ocorre quando o valor presente do desconto dos fluxos de caixa sob os novos termos, incluindo quaisquer taxas pagas/recebidas e descontadas usando a taxa de juros efetiva original, for pelo menos 10% diferente do valor presente descontado dos fluxos de caixa restante do passivo financeiro original.

3.6) Compensação de ativos e passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros devem ser compensados, isto é, apresentados pelo valor líquido nos balanços patrimoniais consolidados, se (i) existir um direito legal corrente e executável para liquidar o montante por seu saldo líquido e (ii) se houver a intenção de liquidação simultânea do ativo e do passivo.

3.7) Arrendamentos

O Consolidado é arrendatário, principalmente, de bens imóveis (ativos subjacentes) para realização de suas atividades comerciais. O reconhecimento inicial ocorre na assinatura do contrato, na rubrica Outros Passivos, que corresponde ao total dos pagamentos futuros a valor presente em contrapartida ao Ativo de Direito de Uso, depreciados de forma linear pelo prazo do arrendamento e testados anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável. A despesa financeira correspondente aos juros do passivo de arrendamento é reconhecida na rubrica Despesas de juros e similares na Demonstração consolidada do resultado.

3.8) Ativo tangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os benefícios, riscos e controles desses bens. O imobilizado é apresentado ao custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada.

A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando-se as taxas que contemplam a vida útil-econômica do bem:

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

Item	Vida útil estimada
Máquinas e equipamentos	10 anos
Equipamentos de informática	05 anos
Equipamentos de comunicação	05 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	Prazo do contrato

O Consolidado, anualmente ou quando houver qualquer evidência, avalia se há qualquer indicação de que um ativo pode ser não recuperável (ou seja, seu valor contábil excede seu valor recuperável). Caso tal situação ocorra, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil remanescente (se a vida útil precisar ser reestimada).

3.9) Provisões para passivos contingentes e obrigações legais

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando o Consolidado tem uma obrigação presente ou não formalizada (obrigação construtiva) como resultado de eventos passados; e que seja provável a saída de recursos para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado confiavelmente. As provisões para passivos contingentes de natureza tributária, trabalhista e cível, quando aplicável, são constituídas e reavaliadas periodicamente pela Administração, que leva em consideração, entre outros fatores, as possibilidades de êxito das ações e a opinião de seus consultores jurídicos, bem como, modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar das incertezas inerentes ao seu prazo e valor.

Quando há um grupo de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada pelo Consolidado, levando-se em consideração o grupo de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído no mesmo grupo de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como “Despesas de juros e similares”.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

3.10) Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos (“impostos sobre a renda”). Os impostos sobre a renda são reconhecidos nas demonstrações consolidadas dos resultados, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Neste caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

A provisão para imposto de renda federal foi constituída utilizando a alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro excedente a R\$ 240 mil no exercício. Considerando que o Conglomerado é composto pelo Banco, como líder, e por sua subsidiária integral, Corretora, a provisão para

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

contribuição social foi constituída: (i) para o Banco, à alíquota de 20% (dezembro 2019 - 15%) do lucro tributável, e (ii) para a Corretora, à alíquota de 15% (dezembro 2019 - 15%) do lucro tributável

Ativo e passivo fiscais diferidos referem-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL, sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente.

Considerando as perspectivas de realização dos ativos fiscais diferidos, em 31 de dezembro de 2020 o Conglomerado manteve registrado: (i) crédito tributário de IRPJ com a alíquota nominal de 25% sobre os ajustes temporários a serem realizados; e (ii) crédito tributário relativo à CSLL o qual foi calculado mediante a utilização da alíquota aplicável de acordo com a perspectiva da realização dos ajustes temporários.

A compensação dos saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social com resultados positivos em exercícios futuros está limitada a 30% do referido lucro se maior que o total de ativo diferido constituído.

Para atendimento aos requerimentos do IAS 12, é efetuada a compensação de um imposto diferido ativo contra um imposto diferido passivo se, e apenas se, estiverem relacionados a impostos sobre a renda lançados pela mesma autoridade fiscal, e houver um direito por força de lei de compensar os impostos correntes ativos contra os impostos correntes passivos.

3.11) Benefícios a empregados

(a) Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo são aqueles a serem pagos totalmente dentro de doze meses após o final do exercício em que os serviços foram prestados. A contabilização é direta e as respectivas obrigações são mensuradas em bases não descontadas. Os benefícios que compõem esta categoria são salários, contribuições para a seguridade social, ausências de curto prazo, participação nos resultados e benefícios não monetários.

(b) Benefícios pós-emprego

Correspondem aos benefícios que serão pagos após o período de emprego. O Consolidado somente disponibiliza aos seus funcionários os planos de contribuição definida.

Um plano de contribuição definida é aquele onde o Consolidado faz aportes a uma entidade separada, onde não há responsabilidade do Consolidado (legal ou construtiva) de fazer aportes adicionais, caso o fundo não tenha recursos suficientes para pagar todos os funcionários, isto é, os riscos recaem sobre o empregado.

(c) Benefícios rescisórios

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o emprego é rescindido pelo Consolidado antes da data normal de aposentadoria ou sempre que o empregado aceitar a demissão voluntária em troca do respectivo benefício. Estes benefícios são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas se as entidades estiverem dispostas e comprometidas com a rescisão, geralmente através de um plano formal e detalhado, que não pode ser suspenso ou cancelado. Os benefícios que vencem em mais de 12 meses após a data do balanço são descontados ao seu valor presente.

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

O Consolidado disponibiliza assistência médica pós-emprego aos seus funcionários como forma de benefícios rescisórios, de acordo com as regras definidas na convenção coletiva das Instituições Financeiras.

3.12) Plano de pagamento baseado em ações

Os funcionários elegíveis do Consolidado participam do Plano de Incentivo de Ações da The Goldman Sachs Group, Inc. através do recebimento de opções de ações de incentivos e de unidades de ações restritas (RSUs) por serviços prestados à empresa. A mensuração das RSUs é baseada no número de ações concedidas multiplicado pelo valor da ação na data da concessão, sendo a despesa do valor justo do serviço recebido auferida refletida no resultado ao longo do período de aquisição de direito (*vesting period*), que tem como referência o valor justo das opções na data da outorga excluindo os impactos de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não sejam variáveis de mercado.

O Grupo Inc. paga equivalentes de dividendos em dinheiro em RSUs em circulação. O Consolidado firmou contrato de reembolso com o Grupo Inc. sob o qual está comprometido a pagar o valor justo na data de concessão, bem como movimentos subsequentes no valor justo desses prêmios para o The Goldman Sachs Grupo Inc. no momento da entrega das RSUs para seus funcionários.

As variações da marcação a mercado (MTM) e as variações cambiais das RSUs são registradas contabilmente no passivo em contrapartida ao resultado do exercício.

3.13) Reconhecimento de receitas e despesas

(a) Receitas e despesas de juros e similares

As receitas e despesas de juros e similares que sejam componentes do retorno esperado da operação e todos os custos inerentes atrelados a originação do ativo ou captação do passivo são reconhecidas no resultado pelo prazo dos instrumentos financeiros originados (regime de competência) por meio da utilização do método da taxa de juros efetiva.

Este método calcula o custo amortizado de um instrumento financeiro e aloca a receita ou despesa de juros durante a duração do respectivo instrumento. A taxa efetiva de juros é aquela que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados pela vida esperada do instrumento ou quando apropriado por um período menor. Quando do cálculo dessa taxa, o Consolidado estima os fluxos de caixa, levando em consideração todos os termos contratuais do instrumento, mas sem considerar futuras perdas de crédito. O cálculo inclui todas as taxas e comissões diretamente atribuíveis à operação.

(b) Receitas de comissões e prestação de serviços

As comissões e prestações de serviços recebidas são reconhecidas nas demonstrações consolidadas dos resultados utilizando-se critérios que variam de acordo com as características das operações que as originaram. Os principais critérios são os seguintes:

- Receitas e despesas de tarifas e comissões, relativas a ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, são reconhecidas no resultado quando recebidas ou pagas;

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

- As receitas ou despesas recebidas ou pagas em decorrência de prestação de serviço são reconhecidas de forma linear pelo período de tempo em que perdurar a prestação destes serviços;
- As receitas e despesas recebidas ou pagas em decorrência de prestação de serviço cujo valor seja incerto ou cujo estabelecimento do direito de receber ou pagar esteja condicionado a um ou mais eventos futuros cuja ocorrência seja incerta são reconhecidas em um único ato quando o valor a receber se tornar conhecido ou quando o evento futuro de fato se concretizar. O recebimento deste tipo de comissão é auferido em prestações de serviço de assessoria financeira.

3.14) Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social é composto por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

(b) Dividendos e juros sobre capital próprio

O Consolidado pode declarar dividendos à conta do lucro apurado no balanço patrimonial. Os dividendos são contabilizados como um passivo no final de cada exercício.

Os dividendos e os juros sobre capital próprio são calculados e pagos de acordo com o resultado das Demonstrações Financeiras individuais das entidades consolidadas, que respeitam as normas contábeis brasileiras e regulamentações das instituições financeiras, e não com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS.

4) Estimativas contábeis críticas

A posição financeira e o desempenho do Consolidado são influenciados pelas práticas contábeis, premissas, estimativas e julgamentos da Administração.

Todas as estimativas e premissas requeridas em conformidade com as IFRS são as melhores estimativas de acordo com as regras aplicáveis. As estimativas e julgamentos são avaliados em bases contínuas e baseadas em experiências passadas e outros fatores, incluindo expectativas dos eventos futuros.

As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam maior impacto nos valores contábeis de ativos e passivos estão contempladas abaixo:

(a) Avaliação do valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de um instrumento financeiro é o valor pelo qual ele pode ser comprado ou vendido em uma negociação comercial entre partes cientes. Caso o preço cotado em um mercado ativo esteja disponível para um determinado instrumento financeiro, o valor justo é calculado com base nesse preço.

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo incluem principalmente valores mobiliários classificados como ativos financeiros mantidos para negociação, inclusive instrumentos financeiros e derivativos.

Caso não haja um preço de mercado disponível para o instrumento financeiro, seu valor justo será estimado com base no preço estabelecido em operações recentes envolvendo o mesmo instrumento ou instrumentos similares (dados observáveis) ou com base em técnicas de avaliação usadas no mercado financeiro considerando, quando aplicável, dados observáveis no mercado, como segue:

- Método de desconto ao valor presente para avaliação de instrumentos financeiros (método aplicável principalmente para instrumentos de dívida, swaps “*vanilla*” e operações a termo): os fluxos de caixa futuros esperados são descontados ao valor presente utilizando-se as curvas calculadas com base em dados observáveis de mercado (DIs, DDIs Futuros e etc.).

- Modelo *Black & Scholes* de avaliação de instrumentos financeiros (principalmente operações de opções e swaps exóticos): determinadas informações observáveis de mercado, tais como a diferença entre a oferta de compra e a de venda (*bid-offer spread*), taxas de câmbio, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado são utilizadas como “*inputs*” no modelo *Black-Scholes* com o propósito de se apurar o valor justo dos instrumentos financeiros avaliados sob este modelo.

Mais informações sobre os ativos e passivos financeiros estão descritas na nota explicativa 8 – Valor justo de ativos e passivos financeiros

(b) Mensuração do valor recuperável de ativos financeiros

As perdas decorrentes dos ativos financeiros não mensurados ao valor justo levam em conta a experiência histórica de perda de valor recuperável (*impairment*) e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 o Consolidado não registrou perda do valor recuperável de ativos financeiros.

(c) Mensuração do valor recuperável do ativo imobilizado

O Consolidado apresenta como prática a verificação da existência de evidências objetivas de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros. Esta mensuração envolve critérios subjetivos de avaliação, tais como: análise de obsolescência técnica e operacional ou a expectativa de substituição do ativo por outro que gere benefícios econômicos futuros superiores ao anterior.

(d) Provisões para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas

As provisões são decorrentes de eventos passados e constituídas com base em processos judiciais onde é provável a saída de recursos para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser realizada. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências e jurisprudências

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

disponíveis, a hierarquia das leis, as decisões mais recentes nos tribunais e a relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas considerando as alterações das circunstâncias, tais como: prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Mais informações sobre provisões para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas estão descritas na nota explicativa 16 – Provisão para passivos contingentes e obrigações legais.

5) Gerenciamento de capital

A política de gerenciamento de capital do Conglomerado foi criada em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17. Tal medida está alinhada com as recomendações do Comitê de Basileia para fortalecer o sistema financeiro, incentivar melhores práticas de gestão e avaliações de risco, assegurar a manutenção de valores apropriados de capital e planejar futuras necessidades de capital.

A adequação de capital é de fundamental importância para o Conglomerado. O objetivo do Conglomerado é ser capitalizado de forma conservadora, com relação aos seus níveis de risco e em comparação com as exigências e padrões de referência externos. Assim sendo, o Conglomerado implementou uma política abrangente de Gerenciamento de Capital (“Política”) que se destina a definir e manter um valor apropriado de capital.

Os níveis de capital do Conglomerado são determinados, principalmente, pelos requisitos regulatórios, podendo ser também influenciados por outros fatores, tais como, expectativas de novos negócios e condições de mercado.

Os fatores que influenciam na revisão da política de gerenciamento de capital incluem, dentre outros:

- Leis, regulamentos e orientações regulatórias pertinentes;
- As avaliações de risco do Conglomerado, incluindo os riscos de reputação e estratégicos;
- A avaliação da estrutura de capital ideal do Conglomerado;
- Ambientes de mercado e econômico;
- Os negócios conduzidos pelo Conglomerado; e
- Os instrumentos de capital.

Estrutura de Governança

A Diretoria do Consolidado é responsável pela supervisão geral de risco, tanto diretamente, quanto através do Comitê de Risco.

Há uma série de comitês dentro do Consolidado que supervisionam ou tomam as decisões em relação às atividades de gestão de risco. De um modo geral, o Consolidado estabelece procedimentos para os comitês, com o intuito de garantir que as devidas segregações de funções estejam em prática.

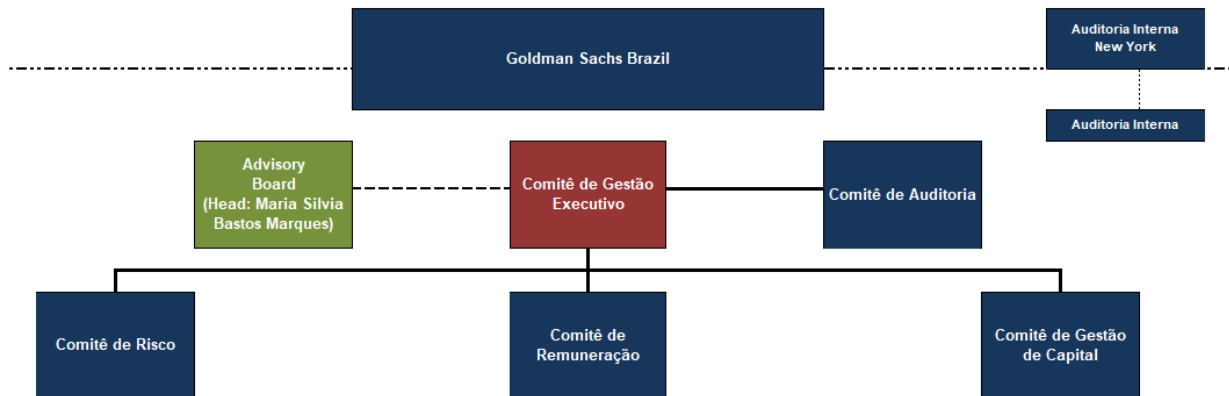
De acordo com o Artigo 40 da Resolução do CMN nº 4.557/2017, as estratégias e políticas de gestão de capital, bem como o plano de capital, deverão ser aprovados e revisados anualmente, no mínimo, pelo Comitê

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

de Gestão, a fim de determinar se estão alinhados com o planejamento estratégico do Consolidado e com as condições de mercado.



• Comitê de Gestão (MC)

O Comitê de Gestão supervisiona as atividades do Conglomerado GS. O Comitê realiza esta supervisão diretamente e por meio da autoridade delegada aos subcomitês que ele estabelecer. O Comitê de Gestão é responsável pelas normas e práticas de negócios, inclusive gestão de risco à reputação e atendimento ao cliente, dentro do escopo de sua missão. As obrigações e responsabilidades do Comitê são:

- receber atualizações regulares a respeito dos negócios do Conglomerado GS;
- receber relatórios a respeito dos assuntos regulatórios significativos e da situação financeira do Conglomerado GS, inclusive suas demonstrações financeiras trimestrais;
- receber e apresentar os relatórios exigidos pelo regulamento do Comitê;
- cumprir quaisquer outras obrigações e responsabilidades delegadas ao Comitê de tempos em tempos.

• Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria Único do Conglomerado GS é um órgão estatutário criado nos termos da Resolução CMN nº 3.198/2004, conforme alterada, reportando-se diretamente à Diretoria do GSBR. Dentre as suas atribuições, destacam-se:

- verificar o cumprimento de suas recomendações pelas Diretorias do Conglomerado;
- recomendar e assessorar a Diretoria sobre a nomeação, contratação ou rescisão de contrato da Auditoria Independente do Conglomerado, bem como participar da aprovação de serviços de auditoria, serviços relacionados à auditoria, matérias tributárias ou de controle e/ou outros que forem prestados pela Auditoria Independente;

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

- decidir sobre a nomeação e a contratação e responsabilizar-se diretamente pela avaliação do trabalho de qualquer empresa de auditoria que não seja a da Auditoria Independente e que venha a ser contratada pelo Conglomerado para prestar serviços de auditoria, análise ou certificação para o Conglomerado;
- revisar as demonstrações financeiras semestrais, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer da Auditoria Independente do Conglomerado;
- avaliar a efetividade da Auditoria Independente e da Auditoria Interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis ao Conglomerado, além de regulamentos e códigos internos, bem como avaliar com a Auditoria Independente qualquer questão decorrente das inspeções feitas pela Auditoria Independente, incluindo a resposta da Auditoria Independente a quaisquer deficiências contábeis identificadas;
- elaborar, ao final dos semestres encerrados em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, Relatório do Comitê de Auditoria;
- acompanhar os trabalhos de órgãos de supervisão e fiscalização do Conglomerado.

• Comitê de Risco

O Comitê de Risco do Conglomerado GS (“GSBRC”) foi designado para executar as seguintes funções:

- supervisionar a implementação de gerenciamento eficaz de riscos;
- aprovar o nível de risco com o qual a instituição esteja confortável em suas atividades comerciais, incluindo Risco de Mercado, Risco de Crédito, Risco de Liquidez, Risco Operacional, Riscos Socioambientais e uso de Capital. Todos os limites de VaR para atividades de negócios novas e/ou existentes, bem como os níveis de posição de tipos e tamanhos previstos, devem ser aprovados pelo Comitê de Gestão de Capital antes da apresentação para aprovação no Comitê de Risco para determinar se o capital projetado é adequado para o plano plurianual;
- garantir a gestão eficaz dos riscos de novos negócios e produtos;
- revisão e monitoramento do risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez, risco operacional e socioambiental;
- supervisão dos sistemas e controles que dão suporte aos negócios do Conglomerado;
- garantir a conformidade com a regulamentação local em relação aos itens mencionados acima.

• Comitê de Remuneração

O Comitê de Remuneração do Conglomerado GS é um órgão estatutário criado nos termos da Resolução CMN nº 3.921/2010. O Comitê de Remuneração reporta-se diretamente à Diretoria. Dentre as suas atribuições, destacam-se:

- aprovar a remuneração total dos diretores do Conglomerado;
- aprovar a política de remuneração do Conglomerado no Brasil e quaisquer alterações substanciais;

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

- preparar anualmente o “relatório do comitê de remuneração” incluindo as atribuições realizadas pelo Comitê de Remuneração e as informações de remuneração quantitativa para os diretores do Conglomerado.

- **Comitê de Gestão de Capital (CMC)**

O Comitê de Capital do Conglomerado ("Comitê de Capital") teve sua criação determinada e autorizado pelo Comitê de Gestão, em abril de 2014. O Comitê é um fórum de discussão e de tomada de decisões para todos os assuntos relativos à capital, incluindo a definição e aprovação de alterações propostas à Política de Gestão de Capital e à supervisão do processo de planejamento de capital do Conglomerado. Dentre seus deveres e atribuições, destacam-se:

I) cumprimento às regras estabelecidas pelo Bacen, entre as quais:

- monitoramento do cumprimento dos limites mínimos de capital determinados pelo CMN e pelo Bacen;
- estabelecimento dos índices de capital, limites internos e dos níveis de alerta;
- conformidade com os requisitos de controle interno, processamento dos mesmos e outros requerimentos regulatórios do Brasil;
- revisão do plano de capital para um horizonte de 3 anos;
- revisão das premissas básicas e metodologias utilizadas no cálculo dos índices de capital;
- assessoria ao Comitê de Gestão no que diz respeito às medidas a serem adotadas quando os níveis de alerta forem atingidos.

II) iniciativas internas que podem afetar os limites de capital, incluindo:

- atribuição de capital regulatório às unidades de negócios;
- análise de novos negócios e iniciativas que possam ter impacto significativo nas exigências de capital.

(a) Estrutura de capital

O Acordo de Basiléia, denominado Basiléia III, que trata do estabelecimento de critérios mais adequados ao nível de riscos associados às operações conduzidas pelas instituições financeiras para fins de requerimento de capital regulamentar, está estruturado em 3 pilares:

Pilar 1 – Capital Mínimo Requerido: o novo conceito mantém o requerimento mínimo de 9,25% para os ativos ponderados pelo risco.

Pilar 2 – Revisão no Processo de Supervisão: o Supervisor Bancário é o responsável por avaliar como os bancos estão estimando a adequação de suas necessidades de capital em relação aos riscos assumidos.

Pilar 3 – Disciplina de Mercado (*Disclosure*): estimula maior disciplina do mercado através do aumento da transparência dos bancos, para que os agentes de mercado sejam bem informados e possam entender melhor o perfil de risco do Conglomerado.

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

O índice de adequação de capital no Brasil é atualmente de 8%, e tem por objetivo garantir que o Patrimônio de Referência seja suficiente para cobrir os riscos decorrentes de operação com ativos e passivos, bem como daqueles registrados em contas de compensação, assegurando à cobertura das exposições aos diversos riscos.

Nos termos da Resolução do CMN nº 4.192/13 (conforme alterada), o Patrimônio de Referência é composto basicamente pelo somatório do capital de nível I, que compreende o capital e as reservas reconhecidas, e do capital de nível II, que contempla as reservas de reavaliação, instrumentos híbridos e dívidas subordinadas.

O cálculo do capital regulatório do Conglomerado Prudencial Consolidado para a cobertura de risco baseia-se na Resolução do CMN nº 4.193/13 (conforme alterada), que dispõem sobre os critérios de apuração do Patrimônio de Referência (PR). O PR é composto pelas parcelas de risco de crédito, risco de mercado – composto pelos riscos das exposições em moeda estrangeira e em operações sujeitas à variação cambial, das operações sujeitas à variação das taxas de juros, das operações sujeitas à variação do preço de *commodities*, das operações sujeitas à variação do preço de ações – e risco operacional. O cumprimento dos limites acerca do capital regulatório é estritamente observado e seguido pela administração e monitorado diariamente pela área de Riscos. O Índice de Basileia em 31 de dezembro de 2020 é de 18,5% (2019 - 32,9%).

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Capital qualificado para o nível 1	2.118.717	1.920.461
Patrimônio de referência – PR	2.118.717	1.920.461
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	11.475.282	5.841.504
RWA risco de crédito	8.269.218	2.197.949
RWA risco de mercado	1.791.437	2.444.246
RWA risco operacional	1.414.626	1.199.309
Índice de Basileia	18,5%	32,9%

O Conglomerado Prudencial não possui instrumentos híbridos de capital e dívida, instrumentos de dívida subordinada ou demais instrumentos financeiros autorizados pelo BACEN a integrar os Níveis I e II do PR, bem como participação em instituição financeira no exterior ou excesso de recursos aplicados no Ativo Permanente onde seja necessária qualquer dedução conforme a Resolução CMN nº 4.192/2013.

Limite de exposição por cliente: nos termos da legislação em vigor, o limite máximo de exposição total às contrapartes é de 25% (vinte e cinco por cento) do Capital Regulatório Nível 1 do Conglomerado Prudencial.

A adequação de capital tem por objetivos cumprir os requerimentos de capital assim como definidos no Acordo de Basileia, manter uma base de capital sólida para sustentar o desenvolvimento dos negócios e assegurar a habilidade do Consolidado em prover retorno aos seus acionistas.

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

A meta do Consolidado é manter um nível de capital próprio que exceda os índices mínimos de capital regulatório exigidos nos termos da legislação em vigor, com um *buffer* que reflita o ambiente de mercado, o *mix* de negócios e as futuras alterações regulatórias de capital.

Limite de Exposição Cambial: De acordo com o artigo 1 da Resolução 3.488/07, o limite máximo de exposição cambial foi estabelecido em trinta por cento (30%) do Patrimônio Líquido do Conglomerado Prudencial. O limite também abrange exposições cambiais de subsidiárias e dependências localizadas no exterior. O cumprimento de tal limite é diariamente observado e seguido pelo Conglomerado.

(b) Plano de Contingência de Capital (CCP)

No caso de um possível déficit em relação à meta de capital, o Conglomerado manterá um Plano de Contingência de Capital (“CCP”) que o possibilitará responder rapidamente a um possível déficit no capital em relação à meta de capital. O CCP fornece uma estrutura para analisar e responder a uma deficiência efetiva ou observada, incluindo, entre outros, a identificação de fatores que desencadeiam uma deficiência de capital, bem como de fatores de redução e possíveis ações. O CCP delinea procedimentos de comunicação apropriados a serem seguidos durante um período de crise, incluindo divulgação interna de informações, bem como garantia de comunicação pontual com interessados externos.

O Consolidado estabeleceu indicadores de alerta prévio relacionados ao capital no Plano de Contingência de Capital, que são monitorados diariamente, quais sejam:

- **Índice de Capital de Basileia (“Capital Ratio”):** os indicadores estabelecidos servem como alertas prévios de que os índices de capital do Consolidado estão se aproximando dos índices mínimos; e
- **Limite de Exposição por Cliente (“Single Name Limit”):** assegura que o Consolidado não tenha exposições superiores a 25% de seu capital regulatório vinculado a um único cliente ou grupo econômico.
- **Limite de Exposição Cambial:** assegura que o Consolidado não ultrapasse o limite máximo de exposição cambial estabelecido em trinta por cento (30%) do Patrimônio Líquido do Conglomerado Prudencial.

Dessa forma, a estratégia do Consolidado é implementar ações para reduzir riscos com antecedência suficiente em um período de retração (seja idiossincrática ou sistêmica) para evitar atingir os próximos níveis de alerta de riscos.

6) Gerenciamento de risco – Visão geral

O Consolidado acredita que gerir o risco de maneira eficiente é essencial para o sucesso do seu negócio. Desta forma, conta com abrangentes processos de gestão de risco, através do qual monitora, avalia e administra os riscos assumidos na realização de suas atividades. Tais processos incluem a gestão da exposição ao risco de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, jurídico, regulatório e de reputação, incluindo também questões sócios-ambientais. A estrutura de gestão de risco foi desenvolvida com base em três componentes essenciais: governança, processos e pessoas.

- **Governança:** A estrutura de governança do Consolidado detêm o conhecimento e a responsabilidade necessários para a tomada de decisão em questões de gestão de risco, bem como para garantir a

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

implantação de tais decisões. A governança tem início com a Diretoria do Consolidado, que tem um papel significativo na revisão e aprovação das políticas e práticas de gestão de risco, seja diretamente ou através de seus comitês.

- **Processos:** São mantidos pelo Consolidado diversos processos, procedimentos e controles efetivos que são componentes essenciais à gestão de risco. O Consolidado aplica uma estrutura rigorosa de controles de limites para controlar riscos em diversas transações, produtos, negócios e mercados. Isso inclui o estabelecimento de limites de risco de crédito e de mercado em diversos níveis, bem como o monitoramento diário destes limites.
- **Pessoas:** A gestão de risco eficiente requer que as equipes que se envolvam na apuração e avaliações destas questões possam interpretá-las adequadamente e possam realizar ajustes contínuos ao portfólio do Consolidado.

O Comitê de Risco no Brasil (GSBRC) do Consolidado tem a missão de monitorar e controlar os riscos em todas as áreas de negócios que o Consolidado atua no Brasil ou em todas as operações afetadas pelo Brasil. As metodologias de gestão e controles de risco do Comitê são consistentes com as metodologias do Comitê de Risco do Grupo.

As obrigações e responsabilidades do Comitê são: risco de mercado, finanças, crédito, risco operacional e outros. Ao cumprir essas obrigações e responsabilidades, o Comitê deve considerar, entre outras coisas, o possível efeito de quaisquer oportunidades de negócios, transações, produtos, aquisições, investimentos, atividades ou outros assuntos (“assuntos”) sobre a reputação do Consolidado.

(a) Risco de crédito

O risco de crédito é a probabilidade de ocorrerem perdas associadas ao descumprimento das obrigações pactuadas em contrato entre as partes envolvidas, seja pelo tomador ou contraparte, considerando também a desvalorização do contrato assumido, devido à maior exposição ao risco pelo tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A definição de Risco de Crédito compreende, entre outros:

- Risco da contraparte: possibilidade de não cumprimento das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros;
- Risco país: possibilidade de perdas decorridas de tomadores localizados fora do país, em decorrência de ações realizadas pelo governo do país em que reside o mesmo;
- Possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante;
- Possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por parte intermediadora ou conveniente de operações de crédito.

A exposição ao risco de crédito do Consolidado está em sua maior parte relacionada às operações de clientes no mercado de balcão. O risco de crédito também é decorrente de dinheiro aplicado em bancos, operações de financiamento de títulos (tais como operações compromissadas) e recebíveis de corretoras, operadores, câmaras de compensação, clientes e terceiros.

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

A gestão de risco de crédito é um processo multifacetado que incorpora uma série de funções que requerem julgamento e conhecimento sobre os clientes, países, setores e produtos. Essas funções e processos incluem:

1. Avaliação de risco: uma avaliação da chance ou probabilidade de inadimplência por parte do cliente e da contraparte, possibilidade de recuperação, e o impacto dessa inadimplência sobre o Consolidado;
2. Mensuração do risco: cálculo da exposição de crédito atual e potencial durante a duração de uma transação ou carteira de transações e o cálculo do prejuízo resultante da inadimplência por parte do cliente ou da contraparte;
3. Aprovação transacional e definição de limite para a exposição de crédito: processo pelo qual julgamentos de crédito são feitos, limites estabelecidos e comunicados;
4. Monitoramento da conformidade com o limite de exposição de crédito: a avaliação constante da exposição de crédito relativa aos limites estabelecidos;
5. Reporte da exposição do risco de crédito e a conformidade com os limites de risco de crédito: elaboração de relatórios contendo as informações das exposições de crédito no nível das contrapartes e das carteiras para os gerentes seniores e outras partes relacionadas;
6. Gerenciamento de exposições e mitigadores de perdas: gerenciamento de transações e carteiras existentes para minimizar ou eliminar os riscos de crédito das contrapartes.

Assim, a gestão de risco de crédito é responsável por avaliar, monitorar e administrar o risco de crédito no Consolidado com o intuito de antecipar potenciais deteriorações na capacidade da contraparte em honrar suas obrigações.

Identificar e avaliar o risco de crédito é uma função criticamente importante do processo de gestão de risco de crédito. O objetivo é avaliar com precisão várias medidas de risco de crédito, incluindo: exposições correntes e potenciais, o valor de mercado do risco de crédito e sua variabilidade e teste de stress. A identificação e avaliação bem-sucedida dos riscos de crédito permite que o Consolidado precifique, limite e transfira esses riscos adequadamente.

A área de Gestão de Risco de Crédito é independente em relação às unidades geradoras de negócios, reportando-se ao diretor de risco do Banco.

O Comitê de Política de Crédito e o Comitê Geral de Risco criam e revisam políticas e parâmetros de crédito no mesmo padrão do Grupo. O Comitê de Risco Goldman Sachs Brasil (GSBRC) revisa as políticas e parâmetros de crédito especificamente para o Consolidado e garante a conformidade com as exigências regulatórias locais.

As políticas autorizadas por esses comitês estabelecem o nível de aprovação formal necessária para que a empresa assuma uma determinada exposição de risco em relação a um terceiro, no que diz respeito a todos os produtos, levando em consideração quaisquer disposições de compensação, garantias e demais mitigadores de risco de crédito vigentes.

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

- **Análise do risco de crédito**

Não existe uma metodologia única para avaliar o risco de crédito que possa ser aplicada a todos os produtos e situações. O Departamento de Crédito desenvolveu várias abordagens de avaliação que são adotadas de acordo com o produto específico ou área de negócio, dentre outras circunstâncias. Em todos os casos, o departamento busca ser atual e abrangente na sua avaliação de risco de crédito. As metodologias usadas para avaliar o risco de crédito são frequentemente revisadas e atualizadas com o objetivo de manter sistemas e procedimentos que sejam consistentes com as melhores práticas do setor.

O Departamento de Crédito analisa as contrapartes de acordo com uma estrutura de comitês de classificação de risco que se reúnem pelo menos mensalmente. O principal objetivo dos comitês de classificação de risco é assegurar que: a classificação interna de crédito esteja estabelecida em níveis adequados e que as análises de crédito sejam consistentes, precisas, completas e de alta qualidade. As reuniões do comitê de classificação de risco também oferecem um fórum para a discussão de tendências de crédito em um determinado setor ou segmento e são estruturados regional ou globalmente (incluindo todas as regiões).

- **Metodologias de avaliação do risco de crédito**

- **Potencial Exposição (PE)**

Potencial exposição futura, ou simplesmente potencial exposição (PE), é uma das principais métricas usadas para definir e limitar o risco de crédito. Em geral, é definido como uma estimativa do custo de reposição futura de uma transação ou carteira de transações com uma contraparte.

- **Exposição Corrente (CE)**

Exposição corrente é geralmente definida como o valor médio de mercado positivo ou a marcação a mercado atual (MTM) de uma transação ou carteira de transações com uma contraparte após a avaliação de todas as transações com a mesma contraparte.

- **Teste de *Stress***

O Departamento de Crédito usa várias ferramentas de teste de stress para avaliar a sensibilidade do risco de crédito de uma contraparte, área de negócios ou setor a mudanças nos níveis de mercado. O leque das aplicações atuais inclui testes de stress regulares e pré-definidos que rodam automaticamente para todos os principais produtos de derivativos OTC, bem como ferramentas flexíveis que propiciam aos usuários a capacidade de conduzir testes de stress definidos por usuário para contrapartes, grupos de contrapartes, ou todas as contrapartes globalmente. É importante observar que cada cenário de teste de stress não avalia a probabilidade estatística de um evento vir a ocorrer, mas busca avaliar a sensibilidade da carteira selecionada a um evento.

Os testes de *Stress* são realizados com regularidade para calcular exposições de crédito, incluindo possíveis impactos resultantes de mudanças nos ratings de crédito de clientes ou demais fatores de risco de crédito, tais como: taxas de câmbio, taxas de juros, preços de ações. Tais impactos incluem uma ampla gama de movimentos de mercado mais moderados e mais extremos.

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

- *Wrong Way Risk*

O *Wrong way risk* ocorre quando uma exposição a uma contraparte é inversamente correlacionada com a qualidade de crédito da mesma contraparte. O Departamento de Crédito distingue entre *wrong way risks* específicos, onde a exposição está contratualmente ligado de forma adversa à contraparte em si (ou seja, transações de auto referência); e *wrong way risks* gerais, que de maneira mais geral abrangem outras fontes possíveis de correlação positiva entre a exposição e a probabilidade de inadimplência de uma contraparte.

Exposição máxima ao risco de crédito

O Consolidado mede o seu risco de crédito com base nas possíveis perdas em caso de não pagamento por parte de um cliente ou deterioração das suas condições financeiras, dispondo-se de limites de crédito em diversos níveis (partes envolvidas, grupo econômico, setor, país) para controlar a dimensão de suas exposições de crédito.

A tabela abaixo mostra o pior cenário possível quanto à exposição ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não considerando a realização de qualquer garantia.

Para itens reconhecidos nas demonstrações financeiras (*on balance*), os valores contábeis são as próprias exposições máximas e estão listados abaixo:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Caixa e equivalentes a caixa	4.138.857	2.207.422
Aplicações no mercado aberto	1.002.197	1.921.579
Aplicações em depósitos interfinanceiros	157.545	104.719
Títulos e valores mobiliários	4.336.368	2.217.245
Instrumentos financeiros derivativos	5.946.914	3.577.898
Operações de crédito	2.397	-
Outros ativos – Valores a receber de sociedades ligadas	132.645	119.262
Total da exposição ao risco de crédito	15.716.923	10.148.125

- **Acompanhamento de inadimplência de crédito**

O Departamento de Credit Risk Management & Advisory (CRMA) acompanha as inadimplências de crédito para os negócios e atividades que estejam dentro de sua esfera de competências, isto é, derivativos de mercado de balcão, financiamentos e determinados empréstimos. Os responsáveis regionais do *Distressed Credit Team* (DCTs) lideram os trabalhos de acompanhamento e mantêm uma base de dados centralizada de todas as inadimplências de crédito.

No caso de uma inadimplência, o DCT irá utilizar as melhores informações disponíveis para estimar as potenciais perdas de crédito que podem acontecer como resultado da inadimplência. O DCT mede a exposição à inadimplência (EAD - *Exposure at Default*) e estima a perda dada à inadimplência (LGD - *Loss Given Default*) para calcular a perda potencial de crédito. O *Distressed Credit Committee* (DCC) irá continuar a acompanhar a recuperação de quaisquer reivindicações que surjam da inadimplência.

Casos de inadimplência são analisados pelo Comitê de Crédito com Dificuldades e são reportados regulamente para a alta administração dentro do CRMA. Trimestralmente, um resumo das estatísticas mais importantes sobre inadimplência e perdas é apresentado ao Comitê de Política de Crédito. A apresentação ao

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

Comitê de Política de Crédito inclui um resumo dos casos de inadimplência mais extraordinários acontecidos durante o período.

- **Classificação por nível de risco**

A qualidade de crédito da carteira de ativos financeiros é avaliada com base nos parâmetros do sistema interno de classificação adotado pelo Consolidado. Tais parâmetros levam em consideração, entre outras características, a classificação do risco de crédito soberano apurado segundo os critérios globais do Grupo, o qual considera o Brasil como risco médio. Nesse contexto, o risco de crédito mínimo, geralmente, utilizado para classificar as contrapartes localizadas no país é o risco de crédito soberano.

Assim, os ativos financeiros são classificados por nível de risco de crédito baixo, médio ou alto, sendo:

<u>Nível de risco</u>	<u>Definições</u>
Baixo risco	Baixa probabilidade da contraparte não honrar com suas obrigações
Médio risco	Média probabilidade da contraparte não honrar com suas obrigações
Alto risco	Alta probabilidade da contraparte não honrar com suas obrigações

Com base nesses parâmetros de nível de risco definidos como baixo, médio e alto, o Consolidado apresenta a seguinte posição:

<u>Nível de risco</u>	<u>31 de dezembro de 2020</u>	<u>31 de dezembro de 2019</u>
Risco baixo		
Caixa e equivalentes a caixa	2.987.875	-
Outros ativos – Valores a receber de sociedades ligadas	131.743	119.262
Termo de Títulos	100.792	89
Subtotal	3.220.410	119.351
Risco médio		
Caixa e equivalentes a caixa	1.150.982	2.207.422
Certificados de depósitos interfinanceiros	157.545	-
Títulos e valores mobiliários	3.822.143	2.217.245
Operações compromissadas com BACEN	1.002.197	1.921.579
Outros ativos – Valores a receber de sociedades ligadas	902	-
NDF	488.770	142.151
Opção	372.070	231.613
Swap	5.683.378	2.215.329
Operações de crédito	2.397	-
Subtotal	12.680.384	8.935.339

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

Nível de risco	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Risco alto		
Títulos e valores mobiliários	484.512	-
NDF	120.477	11.729
Swap	1.390	1.881
Termo de Títulos	-	389
Subtotal	606.379	13.999
Risco de liquidação		
Títulos e valores mobiliários	29.713	-
Subtotal	29.713	-
Total (*)	16.536.886	9.068.689

(*) Os valores estão apresentados antes do efeito decorrente da compensação dos ativos e passivos financeiros.

- **Controle de limite de riscos e políticas de mitigação**

O Consolidado administra, determina os limites e controla as concentrações de risco de crédito quando identificados pelo Departamento de Riscos, em particular para clientes individuais ou grupos e segmentos da indústria.

Os principais instrumentos mitigadores de risco de crédito utilizados são:

- **Garantias**

A forma mais tradicional de mitigação de risco de crédito é a obtenção de garantias. As principais garantias devidas pelo Consolidado são os Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e os depósitos interfinanceiros.

- **Limites em instrumentos financeiros derivativos**

O Comitê de Risco do Conselho de Administração (*Risk Committee of the Board of Directors*), e quando necessário o próprio conselho, aprova o *Risk Appetite Statement* (“RAS”) que descreve as considerações qualitativas e quantitativas acerca de limites, cujos apêndices incluem um conjunto de limites de risco para o Grupo e para suas divisões, incluindo o Consolidado. Além disso, o Comitê de Risco do Conselho de Administração revisa e aprova estes limites e tolerâncias no mínimo anualmente.

Assim, o Comitê de Governança de Risco (“RGC – *Risk Governance Committee*”), sob a autoridade delegada pelo Comitê de Risco, determina os limites que governam os riscos financeiros do Consolidado. Os riscos financeiros entendem-se, coletivamente, riscos de crédito, mercado, modelo, liquidez, operacional e seguro. Estes limites são estabelecidos em diversos níveis: globalmente, por divisão, por produto e/ou por unidade de negócio, e são consistentes com os limites aprovados pelo Conselho de Administração.

Os limites de risco são monitorados independentemente pelo Departamento de Risco que é responsável pela identificação, escalação e registro das instâncias nas quais limites foram extrapolados. Este departamento

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

também restringe as suas exposições às perdas creditícias decorrentes de posições abertas líquidas em derivativos em relação a prazo e montantes envolvidos.

O montante sujeito a risco de crédito é limitado pelos fluxos de caixa líquidos futuros estimados do instrumento. A exposição a risco de crédito é administrada como parte da política de limites de empréstimos a clientes, adicionando-se exposições potenciais decorrentes de movimentos de mercado. As garantias nem sempre estão presentes nestes tipos de instrumentos, a não ser quando existem depósitos de margem ou operações garantidas por bolsa.

Já o risco de liquidação surge em situações onde o pagamento em caixa ou outro ativo financeiro é feito com base na estimativa do recebimento correspondente do ativo em questão. São estabelecidos limites diários para cada contraparte para cobrir a posição agregada do risco de liquidação.

(b) Risco de mercado

O Consolidado está exposto ao risco de mercado que corresponde ao risco de perdas no valor justo ou nos fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros flutuem devido a mudanças de mercado.

A carteira do Consolidado é mantida com o principal intuito de formar mercado para clientes e para atividades de investimento e crédito. Deste modo, mudanças na carteira baseiam-se nas solicitações de clientes e em oportunidades de investimento. A contabilização das carteiras é realizada a valor de justo e, portanto, com flutuação diária.

As categorias de risco de mercado incluem:

- **Risco de taxa de juros:** resultante, principalmente, das exposições às mudanças no nível, declive (*slope*) e inclinação das curvas de juros, nas volatilidades das taxas de juros, velocidade de pré-pagamento de financiamentos imobiliários (*mortgages*) e aos *spreads* de crédito;
- **Risco de preço das ações:** decorrente das exposições às mudanças nos preços e volatilidades de cada ação, cestas de ações e índices de ações;
- **Risco de taxa de câmbio:** resultante das exposições às mudanças nos preços à vista, preços futuros (*forward*) e volatilidades das taxas de câmbio;
- **Risco de preço de *commodities*:** decorrente das exposições às mudanças nos preços à vista, preços futuros e volatilidades das mercadorias "*commodities*".

Os riscos são monitorados e controlados por meio de uma supervisão rigorosa e também através das funções independentes de controle e de suporte, que se estendem a todos os negócios globais do Consolidado.

Os relatórios de risco incluem detalhes sobre os riscos principais, os impulsionadores e as mudanças para cada negócio, sendo distribuídos para a alta administração das áreas de negócios e para as áreas de suporte independentes.

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

A divisão de Gestão e Análise de Risco de Mercado, de acordo com a Política de Risco de Mercado (*Market Risk Policy*), avalia e reporta riscos de mercado à alta Administração no Brasil e para o GSBRC, monitora os níveis de risco em relação aos limites estabelecidos e avalia a integridade dos dados.

A Gestão de Riscos de Mercado, que é independente em relação às unidades que geram receitas, está diretamente subordinada ao Diretor de Riscos e tem a responsabilidade principal de avaliar, monitorar e gerir riscos de mercado.

Esses departamentos são responsáveis pela Política do Consolidado em Relação ao Desenvolvimento, Aprovação e Controle de Modelos de Avaliação (*Goldman Sachs Policy Relating to the Development, Approval and Control of Valuation Models*) detalha os modelos de governança utilizados na avaliação das posições mantidas a valor de mercado. Os modelos de precificação são desenvolvidos e testados por estrategistas usando métodos internos. Quaisquer mudanças propostas aos modelos já estabelecidos requerem testes adicionais e nova aprovação.

A Política é revisada e aprovada anualmente, no mínimo, ou quando da existência de modificações materiais feitas pelo Comitê de Risco da GS Brasil (“GSBRC”), com representantes dos diretores da Banco e diretores da Corretora recomendando ao Comitê Executivo da GS Brasil a adoção desta Política.

O quadro abaixo demonstra os ativos e passivos financeiros denominados em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	31 de dezembro de 2020			Total
	Real	Dólar americano	Outras moedas	
Ativos financeiros	12.596.403	2.986.379	1.496	15.584.278
Caixa e equivalentes a caixa	1.150.982	2.986.379	1.496	4.138.857
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	11.445.421	-	-	11.445.421
Aplicações no mercado aberto	1.002.197	-	-	1.002.197
Aplicações em depósitos interfinanceiros	157.545	-	-	157.545
Títulos e valores mobiliários	4.336.368	-	-	4.336.368
Instrumentos financeiros derivativos	5.946.914	-	-	5.946.914
Operações de crédito	2.397	-	-	2.397
Passivos financeiros	13.494.024	-	-	13.494.024
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	6.677.494	-	-	6.677.494
Instrumentos financeiros derivativos	6.677.494	-	-	6.677.494
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	6.816.530	-	-	6.816.530
Depósitos de clientes e instituições financeiras	6.280.094	-	-	6.280.094
Captações no mercado aberto	536.436	-	-	536.436

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

	31 de dezembro de 2019			Total
	Real	Dólar americano	Outras moedas	
Ativos financeiros	10.028.610	121	132	10.028.863
Caixa e equivalentes a caixa	2.207.169	121	132	2.207.422
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	7.821.441	-	-	7.821.441
Aplicações no mercado aberto	1.921.579	-	-	1.921.579
Aplicações em depósitos interfinanceiros	104.719	-	-	104.719
Títulos e valores mobiliários	2.217.245	-	-	2.217.245
Instrumentos financeiros derivativos	3.577.898	-	-	3.577.898
Passivos financeiros	7.683.661	377.332	-	8.060.993
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	6.522.493	-	-	6.522.493
Instrumentos financeiros derivativos	6.522.493	-	-	6.522.493
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	1.161.168	377.332	-	1.538.500
Depósitos de clientes e instituições financeiras	930.284	-	-	930.284
Captações no mercado aberto	230.884	-	-	230.884
Obrigações por empréstimos	-	377.332	-	377.332

São empregadas diversas métricas de risco para calcular a dimensão das perdas em potencial, tanto para movimentos de mercado suaves como para os mais extremos, dentro de horizontes de curto e longo prazo.

As métricas de risco usadas para horizontes de curto prazo incluem VaR (“*Value at Risk*”) e métricas de sensibilidade (análise de cenários e teste de estresse). Para horizontes de longo prazo, as principais métricas de risco são os testes de estresse (“*stress-test*”).

- **Value at Risk:** O VaR é a perda potencial em valor das posições em uma carteira devido a mudanças adversas de variáveis de mercado, em um determinado período de tempo, com um grau de confiança, sendo normalmente empregado um horizonte de um dia com 95% de confiança. O modelo captura riscos e a diversificação do risco agregado do Consolidado, o qual avalia a exatidão do modelo através de *backtesting* diário.

Fator de risco	31 de dezembro de	31 de dezembro de
	2020	2019
Taxa de juros	7,25	7,23
Moedas	4,66	2,01
Total	11,91	7,23
Efeito da diversificação	(0,52)	(2,01)
Percentual da diversificação (%)	6%	22%

- **Análise de cenários e teste de estresse:** Análise de cenários e testes de estresse mostram os possíveis efeitos nos resultados do Consolidado de vários eventos de mercado, incluindo, mas não limitado a:

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

um grande aumento em spreads de crédito, uma queda substancial no mercado de ações e movimentos significativos em mercados emergentes.

O Consolidado utiliza limites de risco em diversos níveis para gerenciar o seu “apetite” de risco através do controle de suas exposições ao risco de mercado. Tais limites são revistos frequentemente e alterados permanente ou temporariamente para refletir as mudanças nas condições de mercado, de negócios ou de tolerância ao risco.

Os limites também são monitorados diariamente pelo departamento *Market Risk Capital Analysis* (MRCA) que irá monitorar os níveis de risco relativos aos limites implementados. Adicionalmente, o grupo de *Market Risk and Capital Quantification* (“MRCQ”) irá monitorar violações de limite, assim como reportar periodicamente vários resumos com informações sobre limites.

(c) Risco operacional

O Consolidado define risco operacional como o risco de perda e efeitos inesperados resultantes de processos internos falhos ou inadequados, pessoas, sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Risco operacional pode ocorrer em qualquer parte do Consolidado, não apenas limitando-se às áreas de operações, e seus efeitos, podem estender-se além das perdas financeiras.

As potenciais hipóteses de eventos de perda, relacionadas ao risco operacional interno e externo, incluem:

- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Execução, entrega e gestão de processos;
- Descontinuidade de negócios e falhas de sistema;
- Gerenciamento de recursos humanos e segurança no trabalho;
- Danos em ativos físicos;
- Fraude interna; e
- Fraude externa;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; danos a ativos físicos próprios ou em uso pelo Consolidado;
- Aqueles que acarretem a interrupção das atividades do Consolidado.

O Consolidado possui estrutura e normativo institucional de gerenciamento de risco operacional, que são aprovados anualmente pelos seus diretores.

A gestão de riscos operacionais é incorporada em todos os elementos do Consolidado e é amparada por meio da promoção de uma forte cultura de controle e de uma estrutura organizacional que reflete essa filosofia. O Consolidado associa abordagens *top-down* e *bottom-up* para gerir e mensurar o risco operacional. De um ponto de vista *top-down*, a alta Administração tem a responsabilidade de avaliar os perfis de risco operacional no nível do Consolidado e dos negócios com dependência na facilitação e na infraestrutura da área Gestão e Análise de Risco Operacional (ORMA). De um ponto de vista *bottom-up*, as áreas de negócio e de apoio/controle têm a responsabilidade básica de gerir riscos diariamente; elas identificam, minimizam e relatam os riscos operacionais à alta administração. As tendências na atividade de gestão de riscos

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

operacionais *bottom-up* são monitoradas pelo ORMA e discutidas com a Administração como parte do processo *top-down*.

A gestão também é realizada por meio da aplicação de padrões abrangentes e consagrados do Consolidado, mas em constante evolução, que contemplam entre outras atividades, treinamento, supervisão e desenvolvimento da equipe; participação ativa e compromisso da Administração sênior com o processo constante de identificação e combate aos principais riscos operacionais em todo o Consolidado; e uma estrutura de departamentos de controle fortes e independentes que monitoram o risco operacional diariamente.

Em conjunto, esses elementos formam uma cultura de controle forte e abrangente que serve como alicerce para minimizar eventos que criam risco operacional e eventualmente danos. A área de Gestão e Análise de Risco Operacional (ORMA) tem o objetivo de fortalecer a infraestrutura de gestão de risco do Consolidado e é uma atividade de gestão de risco independente das unidades geradoras de receita. Sua responsabilidade é o desenvolvimento e implementação de políticas, metodologias e uma estrutura formalizada para a gestão de risco operacional, com o objetivo de minimizar a exposição a esse risco.

A estrutura conta com o suporte de um conjunto de ferramentas para mensurar e administrar o nível de risco operacional atual e potencial e definir o nível adequado de patrimônio de referência necessário para suportar a exposição ao risco operacional.

Uma das metas da ORMA é fornecer ferramentas para que os chefes das áreas de negócios e de controle e suporte avaliem o nível atual de risco operacional. Dentre essas ferramentas temos a apresentação de relatórios e informações analíticas pela Administração ao Comitê de Risco da Goldman Sachs Brasil (GSBRC). O GSBRC supervisiona o contínuo desenvolvimento e a implementação de estruturas e políticas de risco operacional.

A apresentação de relatórios é o mecanismo por meio do qual os dados sobre risco operacional são apresentados à Administração. As linhas de negócio utilizam a apresentação de informações para administrar suas atividades comerciais diárias, resumir o desempenho, as exposições, perdas e outras questões de risco operacional e para submeter dados e contribuir com informações para a ORMA.

Os dados de risco operacional em questão são coletados pela ORMA das linhas de negócios e dos grupos de controle e são analisados pelos departamentos em questão com relação à sua exatidão, suficiência e integridade e distribuídos trimestralmente ao GSBRC. Além disso, esses relatórios são analisados pelo departamento de Auditoria Interna durante a realização das auditorias periódicas. Os relatórios gerados para fins de gestão de risco operacional são revisados pelos comitês dentro e fora do Consolidado. Os comentários feitos aos mesmos são incorporados pela ORMA, conforme apropriado.

(d) Risco de liquidez

Entende-se por risco de liquidez possíveis descasamentos entre pagamentos e recebimentos que possam afetar a capacidade de cumprimento de uma ou mais obrigação. Também decorre pela incapacidade de captar recursos suficientes para honrar seus compromissos de curto, médio e longo prazo em volume suficiente para uma posição, afetando o preço do valor dos mesmos.

A liquidez é um aspecto crítico dentro das instituições financeiras, considerando que a maioria das falhas ocorridas nas instituições financeiras está relacionada à liquidez insuficiente. Consequentemente, o Consolidado possui um conjunto abrangente e conservador de políticas de liquidez e de financiamento para

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

atender a eventos de liquidez de mercado. O principal objetivo é ser capaz de financiar o Consolidado, a fim de permitir que os principais negócios continuem gerando receitas, mesmo em circunstâncias adversas.

Além disso, o objetivo do Consolidado é assegurar que o financiamento e gerenciamento de liquidez estejam alinhados com uma exposição aceitável ao risco de liquidez. Nesse sentido, o Consolidado busca utilizar as fontes de financiamento mais eficientes em termos de custo para permitir que o Consolidado aproveite as oportunidades de negócios.

As informações de maior relevância e os resultados gerados pelos modelos internos de liquidez, incluindo o teste de estresse, são disseminados para grande parte da alta gerência no Brasil e no exterior incluindo o Diretor-Estatutário responsável pelo Risco de Liquidez do Consolidado. É disponibilizada à Diretoria informes com as posições e projeções de fluxos de caixa. Em caso de descumprimento dos limites estabelecidos, a Diretoria é informada de imediato e deverá se reportar ao Comitê de Caixa e utilizar de mecanismos para readequação aos limites.

(d.1) Estrutura de Gestão do Risco de Liquidez

O Consolidado estabeleceu uma estrutura abrangente para a gestão do risco de liquidez, a fim de assegurar a existência de liquidez suficiente, mesmo em períodos de estresse. Esta estrutura inclui:

- Políticas de financiamento e de gestão de liquidez;
- Medidas de controle, limites e monitoramento de liquidez;
- Infraestrutura do pessoal para financiamento e gestão de liquidez;
- Plano de financiamento de contingência

As estratégias, políticas e limites são estabelecidos com base na política de gestão de risco de liquidez global do Grupo, adaptado para refletir as necessidades específicas do Brasil. Estes três itens são propostos e implementados pela equipe da Tesouraria Corporativa no Brasil, e aprovados pelas equipes de gerenciamento sênior de Tesouraria Corporativa do Grupo, pelo diretor de risco de liquidez e pelo Comitê de Risco do Goldman Sachs do Brasil (GSBRC).

- **Comitê de Risco do Goldman Sachs do Brasil (GSBRC)**

O Comitê de Risco da Goldman Sachs do Brasil monitora e atua sobre questões e políticas relacionadas aos riscos envolvidos nos negócios da Consolidado, incluindo, mas não se limitando a riscos de liquidez.

A comissão recebe atualizações sobre a gestão de liquidez e assuntos de financiamento e supervisiona regularmente essas atividades, verifica a confiabilidade da política existente e também aprova quaisquer alterações e revisões da política e seus limites relacionados. O diretor de risco de liquidez e um membro da equipe GSBRC Corporate Treasury são membros permanentes da GSBRC.

(d.2) Políticas de financiamento e gestão de liquidez

As políticas estabelecem diretrizes para a gestão de liquidez e financiamento e mitigação de riscos durante o curso normal dos negócios, bem como em períodos de escassez de liquidez devido a circunstâncias imprevistas.

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

- **Necessidades de financiamento**

O mix de negócios inclui operações de consultoria de investimento, renda fixa, commodities, câmbio, futuros e operações com derivativos. As atividades relacionadas a consultoria de investimento não geram necessidades diárias de financiamento.

As operações de câmbio eventualmente resultam em necessidades de financiamento intradiário ou de curto prazo. Assim, as necessidades gerais do Consolidado são principalmente atribuíveis a negócios em renda fixa, futuros e negócios em moeda estrangeira. As necessidades de financiamento são principalmente impulsionadas pela negociação diária, margem de variação e movimentos de garantias decorrentes de operações Bolsa ou Balcão.

As transações estruturadas são aquelas que geram necessidades significativas de financiamento intradiário ou overnight (ou mais longas) que geralmente não acontecem diariamente. Exemplos dessas transações são: IPOs, compra de ativos ilíquidos ou grandes operações de câmbio com clientes.

A análise e as decisões sobre a capacidade do Consolidado para fornecer financiamento para tais necessidades especiais decorrentes de grandes negócios são feitas coletivamente pela GSBR Corporate Treasury e pela GSBRC, de acordo com o caso.

- **Liquidez no Brasil**

O Consolidado mantém sempre uma reserva de liquidez no Brasil, para cobrir as necessidades de financiamento em um cenário de estresse e também para mitigar o risco de liquidez intradiário. O tamanho desta margem de liquidez deve ser igual ou maior que o *Modelled Liquidity Outflow* (MLO) acrescido da reserva de risco de liquidez intradiária para um determinado dia.

A margem de liquidez é investida em títulos públicos e operações com opção de recompra, uma vez que estes são os ativos mais líquidos no mercado brasileiro.

- **Reserva de liquidez**

O Consolidado mantém uma reserva mínima de liquidez para atender potenciais perdas de caixa, em um cenário de estresse, incluindo as obrigações contratuais. O tamanho dessa reserva é baseado em um modelo interno de liquidez juntamente com uma avaliação qualitativa das condições de mercado e do Consolidado.

- **Gerenciamento de ativos e passivos**

A estratégia de captação do Consolidado conta com uma avaliação das características de todos os ativos em relação ao seu período de retenção estimado e sua potencial perda de liquidez no mercado em uma situação de estresse. Além disso, os vencimentos e diversificação das captações com e sem garantia são gerenciados sob uma perspectiva de mercado, de produtos e de contrapartes.

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

(d.3) Financiamento overnight e de longo prazo

- **Empréstimos não comissionados**

O Consolidado pode tomar empréstimos não comprometidos da matriz, Goldman Sachs Group Inc. e mantém linhas de crédito com outros bancos.

O Consolidado também tem a capacidade de emitir CDIs e CDBs - certificados de depósito – e Certificados de Operações Estruturadas ("COE") para clientes institucionais e corporativos. Outros tipos de emissões locais como Letras Financeiras ("LF") também podem ser considerados no futuro.

- **Mercado Interbancário Repo e o "Go Around" e "Nivelamento" do Banco Central do Brasil**

O mercado de acordos de recompra respaldados por títulos do governo do Brasil é a opção mais segura, líquida e econômica no mercado local de financiamento garantido. Dessa forma, tendem a ser os instrumentos de captação mais utilizados no Brasil por bancos, incluindo pelo Consolidado.

O sistema de leilões de recompra do Banco Central do Brasil ("Go Around" e "Nivelamento") também são uma ótima opção para as instituições financeiras e são eficientes em termos de custos e liquidez. Porém, os leilões nem sempre ocorrem em linha com as necessidades do Consolidado em determinado dia. Basicamente, o "Go Around" e o "Nivelamento" correspondem ao Banco Central do Brasil, contraindo ou cedendo recursos através de seus revendedores para regular a liquidez do mercado monetário.

- **Financiamento intradiário**

Todos os bancos autorizados a operar no Brasil no âmbito do Sistema de Pagamentos Brasileiros ("SPB") têm acesso ao redesconto junto ao Banco Central do Brasil, o que permite que essas instituições tenham acesso a contratos de recompra com títulos públicos de sua carteira, ou seja, necessidades de liquidez intradiária sem custo.

(d.4) Diversificação de financiamento

- **Diversificação de fontes de financiamento**

O Consolidado busca diversificar suas fontes de financiamento por meio de financiamentos ou empréstimos garantidos (repos) e instrumentos de financiamento não garantidos e empréstimos Inter companhias da sua matriz como fonte de financiamento de curto e longo prazo, dependendo de suas necessidades. O Consolidado também estabelece linhas de crédito com bancos de terceiros para mitigar o risco de liquidez e garantir a estabilidade do seu financiamento.

Além disso, o financiamento intradiário é obtido a partir de janelas de redesconto intradiário com o Banco Central do Brasil, linhas bancárias intradiárias ou descobertos. Caso haja escassez de liquidez, o Consolidado utilizará sua margem composta pelo excesso de capital, empréstimos a prazo no Brasil ou no exterior e empréstimos Inter companhias.

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

- **Diversificação da base de credores**

O Consolidado pode solicitar ao Grupo e outras instituições financeiras no Brasil para obter financiamentos no curto e longo prazo. Além disso, o Consolidado também procura evitar dependência de qualquer instituição financeira em particular por meio da diversificação e monitoramento de credores sediados no Brasil.

A base de credores do Consolidado pode consistir principalmente de bancos comerciais locais e internacionais operando no Brasil e também pode incluir clientes institucionais e corporativos. O Consolidado dá importância do relacionamento com fortes credores para ter acesso à liquidez, assim mantém contato direto com seus principais credores regularmente. Para limitar sua dependência de um único credor, o Consolidado gira o uso de recursos entre diferentes bancos que oferecem linhas de crédito.

- **Diretrizes de Emissão de CDB**

O Consolidado poderá emitir CDBs e CDIs, que são certificados de depósito que estão custodiados e liquidados na CETIP (Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos). Os CDBs e CDIs podem ser emitidos para fins de garantia de fundos e derivativos.

(d.5) Liquidez dos ativos

O Consolidado trabalha constantemente para manter uma base de ativos líquidos de acordo com as estratégias de negócios. A maioria das posições de estoque são marcadas no mercado diariamente. O Consolidado procura assegurar a disponibilidade de liquidez imediata e, portanto, mantém liquidez no Brasil sob a forma de títulos públicos e acordos de recompra, que podem ser utilizados como fontes de financiamento em situações de emergência.

A tabela abaixo apresenta os ativos financeiros não derivativos não vinculados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019. Os valores refletem os ativos líquidos não vinculados no mercado e, portanto, podem diferir daqueles constantes no balanço patrimonial.

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Caixa e equivalentes a caixa	4.138.857	2.207.422
Aplicações no mercado aberto	1.002.197	1.921.579
Títulos e valores mobiliários	3.024.484	1.232.816
Operações de crédito	2.397	-
Outros ativos – Valores a receber de sociedades ligadas	132.645	119.262
Total da exposição ao risco de liquidez	8.300.580	5.481.079

(d.6) Excesso de liquidez

O Consolidado mantém uma margem de liquidez para financiar saídas de liquidez intradiárias, de curto e longo prazo, incluindo obrigações decorrentes de vários passivos no balanço e fora do balanço. A meta para o excesso de caixa mantido *on shore* é igual ao MLO mais a reserva de risco de liquidez intradiária enquanto reservas adicionais são mantidas na matriz, The Goldman Sachs Group Inc.

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

(d.7) Metodologia

A equipe GSBR Corporate Treasury mantém um teste de estresse específico, o GSBR MLO, para calcular as saídas de liquidez de curto prazo (horizonte de 30 dias) do Consolidado em um cenário de mercado estressado.

GSBR MLO identifica e estima as saídas de caixa e garantias em uma crise de liquidez, incluindo:

- a. Vencimentos futuros, rolagem e risco de recompra de fundos não garantidos;
- b. Derivativos e outras margens e saídas de garantias devido a movimentos de mercado ou aumento de requisitos;
- c. Liquidação de transações de câmbio;
- d. Futuras saídas de caixa e outros pagamentos de grande porte e linhas de crédito comprometidas não utilizadas.

(d.8) Risco de liquidez intradiária

O tamanho da necessidade de liquidez intradiária para o Consolidado é projetado por um modelo utilizado globalmente para essa tarefa, com a inclusão de suposições específicas para o mercado brasileiro e as peculiaridades GSBR.

Além disso, a equipe de Operações do Brasil prepara uma projeção diária de liquidez intradiária como parte do processo de projeção de caixa usando sua ferramenta existente. Esta equipe é responsável pelos acordos de valores mobiliários com custódias, compensações e permutas, o que está muito ligado ao risco de liquidez intradiário devido aos tempos de corte e às janelas que são impostos por essas contrapartes.

A margem de risco de liquidez intradiária do GSBR MLO é um limite mínimo de liquidez que não pode ser violado de acordo com as políticas internas do Consolidado e da matriz. Em caso de extrapolação desse limite, a equipe do Tesouro Corporativo GSBR reportará o assunto ao Tesouro Corporativo do Grupo e à GSBRC (que inclui o diretor de risco de liquidez como membro).

Como é feito globalmente, o Tesouro Corporativo GSBR monitora a liquidez total e a reserva de risco de liquidez intradiária do MLO, uma vez que a liquidez nunca deve ser menor do que esta margem mínima. Esta é a principal métrica usada para monitorar a liquidez do Consolidado.

(d.9) Plano de Contingência

O Plano de Financiamento de Contingência do Consolidado foi criado para fornecer e mitigar as necessidades de financiamento em períodos de escassez de liquidez. O objetivo do plano é garantir uma comunicação e coordenação eficazes em caso de potencial ou existente escassez de liquidez. O plano estabelece um plano de ação para analisar e responder a um evento de risco de liquidez severo, as considerações especiais que devem ser tratadas para determinar o possível impacto desse evento na liquidez do Consolidado e planos de ação alternativos para ajudar a manter a liquidez na instituição em níveis apropriados.

(d.10) Passivos financeiros não derivativos por faixa de vencimento

As tabelas abaixo apresentam os passivos financeiros não derivativos por faixas de vencimento, contado da data de reporte até a data do vencimento contratual, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

de 2019, respectivamente. Os valores reportados refletem os fluxos de caixa contratados não descontados e, portanto, podem diferir daqueles constantes no balanço patrimonial.

	31 de dezembro de 2020				Total
	Até 30 dias	De 31 à 90 dias	De 91 à 360 dias	De 1 à 5 anos	
Depósitos de clientes e instituições financeiras	-	-	106.098	8.970.528	9.076.626
Captações no mercado aberto	536.436	-	-	-	536.436
	536.436	-	106.098	8.970.528	9.613.062

	31 de dezembro de 2019				Total
	Até 30 dias	De 31 à 90 dias	De 91 à 360 dias	De 1 à 5 anos	
Depósitos de clientes e instituições financeiras	-	2.224	272.754	825.845	1.100.823
Captações no mercado aberto	230.884	-	-	-	230.884
Obrigações por empréstimos	377.332	-	-	-	377.332
	608.216	2.224	272.754	825.845	1.709.039

(d.11) Ratings de crédito

O Consolidado conta com o mercado de capital de dívida de curto e longo prazo para financiar uma parcela significativa das operações diárias e do custo, sendo a disponibilidade do financiamento da dívida influenciado pelas classificações de crédito. As notações de crédito também são importantes para competições em determinados mercados, como os derivados OTC, e quando são realizadas transações de longo prazo.

Durante o quarto trimestre de 2020, a Fitch Ratings apresentou a classificação de dívida de longo prazo do Banco como AAA(bra) com perspectiva estável e a classificação de dívida de curto prazo do Banco como F1+(bra).

7) Segregação entre circulante e não circulante

Apresentamos os montantes circulantes e não circulantes a serem recuperados ou liquidados em até 12 meses ou mais do que 12 meses para cada ativo e passivo do balanço patrimonial consolidado:

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

Ativo	31 de dezembro de 2020			31 de dezembro de 2019		
	Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante	
Caixa e equivalentes a caixa	4.138.857	4.138.857	-	2.207.422	2.207.422	-
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	11.445.421	5.421.028	6.024.393	7.821.441	4.096.593	3.724.848
Aplicações no mercado aberto	1.002.197	1.002.197	-	1.921.579	1.921.579	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	157.545	5.847	151.698	104.719	-	104.719
Títulos e valores mobiliários	4.336.368	3.630.919	705.449	2.217.245	665.691	1.551.554
Instrumentos financeiros derivativos	5.946.914	779.668	5.167.246	3.577.898	1.509.323	2.068.575
Operações de crédito	2.397	2.397	-	-	-	-
Ativo imobilizado	13.378	-	13.378	17.072	-	17.072
Ativos fiscais	13.089	-	13.089	7.964	-	7.964
Outros	13.089	-	13.089	7.964	-	7.964
Outros ativos	617.384	598.080	19.304	398.037	363.689	34.348
Total	16.228.129	10.157.965	6.070.164	10.451.936	6.667.704	3.784.232

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

Passivo	31 de dezembro de 2020			31 de dezembro de 2019		
	Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante	
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	6.677.494	571.547	6.105.947	6.522.493	3.271.933	3.250.560
Instrumentos financeiros derivativos	6.677.494	571.547	6.105.947	6.522.493	3.271.933	3.250.560
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	6.816.530	640.563	6.175.967	1.538.500	876.767	661.733
Depósitos de clientes	6.280.094	104.127	6.175.967	930.284	268.551	661.733
Captações no mercado aberto	536.436	536.436	-	230.884	230.884	-
Obrigações por empréstimos	-	-	-	377.332	377.332	-
Obrigações fiscais	164.772	97.222	67.550	121.354	63.572	57.782
Imposto de renda e contribuição social – Corrente	39.706	39.706	-	29.702	29.702	-
Imposto de renda e contribuição social – Diferido	67.550	-	67.550	57.782	-	57.782
Outras	57.516	57.516	-	33.870	33.870	-
Outros passivos	453.128	385.004	68.124	346.399	287.733	58.666
Total	14.111.924	1.694.336	12.417.588	8.528.746	4.500.005	4.028.741

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

8) Valor justo de ativos e passivos financeiros

a. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Apresentamos a composição dos ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
	Valor contábil	Valor contábil
Ativos financeiros		
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		
- Aplicações no mercado aberto	1.002.197	1.921.579
- Aplicações em depósitos interfinanceiros	157.545	104.719
- Títulos e valores mobiliários	4.336.368	2.217.245
- Instrumentos financeiros derivativos	5.946.914	3.577.898
- Operações de crédito	2.397	-
Total	11.445.421	7.821.441
Passivos financeiros		
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		
- Instrumentos financeiros derivativos	6.677.494	6.522.493
Total	6.677.494	6.522.493

b. Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo

A tabela mostra os registros no contábil e os valores justos dos ativos e passivos financeiros que não são mensurados ao valor justo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente:

	31 de dezembro de 2020		31 de dezembro de 2019	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Outros ativos				
- Negociação e intermediação de valores	425.774	425.774	222.225	222.225
Total	425.774	425.774	222.225	222.225

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

	31 de dezembro de 2020		31 de dezembro de 2019	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivos financeiros				
Passivos financeiros ao custo amortizado	6.816.530	6.816.530	1.538.500	1.538.500
- Depósitos de clientes e instituições financeiras	6.280.094	6.280.094	930.284	930.284
- Captações no mercado aberto	536.436	536.436	230.884	230.884
- Obrigações por empréstimo	-	-	377.332	377.332
Outros passivos	153.487	153.487	110.903	110.903
- Negociação e intermediação de valores	153.487	153.487	110.903	110.903
Total	6.970.017	6.970.017	1.649.403	1.649.403

As linhas dos saldos dos ativos e passivos financeiros não mensurados a valor justo é composta por:

- Depósitos de clientes e instituições financeiras: captações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros;
- Captações no mercado aberto: operações compromissadas;
- Obrigações por empréstimos: empréstimos captados no exterior junto ao The Goldman Sachs Group Inc.

Os depósitos de clientes e instituições financeiras e captações no mercado aberto apresentam taxas que variam de 98% à 115% do CDI. Referem-se a operações de alta liquidez. Assim, o valor contábil é substancialmente uma aproximação razoável do valor de mercado ou valor justo.

Os passivos financeiros não mensurados ao valor justo referem-se a captações de mercado aberto indexadas às moedas dólar e euro e apresentam o valor justo baseado nos fluxos de caixa descontados utilizando taxas de mercado para instrumentos de características similares, quanto ao risco de crédito e vencimento.

A IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo hierarquiza as técnicas de apreçamento a partir dos dados utilizados na mensuração do valor justo.

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o instrumento seja diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). Este nível engloba derivativos não listados em bolsa de valores e instrumentos de dívida.
- Nível 3: informações que não são baseadas em dados observáveis. Incluem instrumentos financeiros derivativos não cotados em mercado ativo.

A tabela abaixo mostra os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por hierarquia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 respectivamente.

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

	31 de dezembro de 2020			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Mensurações do valor justo recorrentes				
Ativos financeiros				
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado				
Aplicações no mercado aberto	-	1.002.197	-	1.002.197
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	157.545	-	157.545
Títulos e valores mobiliários	29.710	3.822.146	484.512	4.336.368
Instrumentos financeiros derivativos	-	5.702.702	1.064.175	6.766.877
Operações de crédito	-	2.397	-	2.397
Total	29.710	10.686.987	1.548.687	12.265.384
Passivos financeiros				
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado				
Instrumentos financeiros e derivativos	-	6.320.704	1.176.753	7.497.457
Total	-	6.320.704	1.176.753	7.497.457
31 de dezembro de 2019				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Mensurações do valor justo recorrentes				
Ativos financeiros				
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado				
Aplicações no mercado aberto	-	1.921.579	-	1.921.579
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	104.719	-	104.719
Títulos e valores mobiliários	-	2.217.245	-	2.217.245
Instrumentos financeiros derivativos	-	3.577.898	-	3.577.898
Operações de crédito	-	-	-	-
Total	-	7.821.441	-	7.821.441
Passivos financeiros				
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado				
Instrumentos financeiros e derivativos	-	6.522.493	-	6.522.493
Total	-	6.522.493	-	6.522.493

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não houve impacto no resultado em função de reclassificações entre os níveis 1, 2 e 3.

Para o nível 3, demonstramos abaixo a movimentação dos ativos e passivos financeiros, em base líquida:

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

	<u>Derivativos</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-
Novas contratações	-
Ganhos e perdas reconhecidos	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-
Novas contratações	58.877
Ganhos e perdas reconhecidos	313.057
Saldo em 31 de dezembro de 2020	371.934

Em 31 de dezembro de 2020, os instrumentos classificados como nível 3 referem-se a opções de ações, COEs, swaps com opcionalidade, liquidados em reais, e debêntures. O apreçamento desses instrumentos envolve parâmetros pouco observáveis, como por exemplo a correlação entre a taxa de câmbio de reais por dólar e o preço de ações, ou volatilidade de taxas de câmbio de longo prazo. A análise de sensibilidade da mensuração dos instrumentos classificados no nível 3, utilizando-se premissas razoavelmente previstas, para as posições em aberto em 31 de dezembro de 2020, mostra que o impacto da marcação desses fatores não observáveis nas demonstrações financeiras é pequeno. O resultado se justifica uma vez que essas posições em geral são hedgeadas através de operações opostas contra um fundo de investimentos, parte relacionada do Consolidado (Nota explicativa 18 (a) – Transações com Partes Relacionadas).

Ressaltamos que as variações nos cenários apresentam perspectiva de liquidação imediata destes ativos, o que pode não representar necessariamente perda ou ganho por se tratar de situação hipotética.

9) Caixa e equivalentes a caixa

	<u>31 de dezembro de 2020</u>	<u>31 de dezembro de 2019</u>
Caixa	481	2.590
Depósito no exterior em moeda estrangeira	3.759	253
Banco Central do Brasil - reserva livre	424	404
Aplicações em operações compromissadas	1.150.076	2.204.175
Aplicações em moedas estrangeiras	2.984.117	-
Total	4.138.857	2.207.422

10) Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado

(a) Aplicações no mercado aberto

Em 31 de dezembro de 2020, são classificadas como ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado, no montante de R\$ 1.002.197 (2019 – R\$ 1.921.579), conforme abaixo demonstrado:

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

	2020		2019		
	Até 3 meses	Total	Até 3 meses	Acima de 3 meses	Total
Posição bancada:					
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	100.123	100.123	311.459	–	311.459
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	849.430	849.430	989.100	430.190	1.419.290
Subtotal	949.553	949.553	1.300.559	430.190	1.730.749
Posição vendida:					
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	–	–	33.139	–	33.139
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	52.644	52.644	83.754	73.937	157.691
Subtotal	52.644	52.644	116.893	73.937	190.830
Total	1.002.197	1.002.197	1.417.452	504.127	1.921.579

(b) Aplicações em depósitos interfinanceiros

Em 31 de dezembro de 2020, estão constituídas por aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros no valor de R\$ 157.545 (2019 - R\$ 104.719), com vencimento até 05 de dezembro de 2024 e taxas correspondentes a 100% do CDI.

(c) Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo no resultado é composta por aplicações em títulos públicos, cotas de fundos, debêntures e ações.

Os valores de mercado do títulos públicos e privados representam o valor presente dos mesmos, os quais foram calculados com base no fluxo de caixa futuro descontado pelas taxas praticadas no mercado.

O valor da aplicação em quotas do Fundo de Investimento Liquidez da Câmara BM&FBOVESPA Multimercado (“FILCB”) e de fundo de investimento em direitos creditórios (“FIDC”) reflete o valor da última quota divulgada pelos administradores dos fundos, contemplando os resgates e aplicações realizados no período.

As ações são valorizadas pelas cotações de fechamento divulgadas pela B3 em contrapartida ao resultado do período.

O saldo da carteira de títulos e valores mobiliários, bem como sua composição, estão assim demonstrados:

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

a. Composição por classificação e tipo

	2020	2019
Composição da carteira	Custo corrigido	Valor de Mercado
Carteira própria	2.927.021	2.944.678
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.998.725	2.008.271
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	203.396	210.554
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	42.018	42.277
Cotas de FIDC	169.351	169.351
Debêntures	483.818	484.512
Ações	29.713	29.713
Vinculados a compromissos de recompra	562.766	566.788
Letras do Tesouro Nacional - LTN	562.766	566.788
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-
Vinculados à prestação de garantias na B3	820.273	824.902
Letras do Tesouro Nacional - LTN	711.468	713.727
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	46.857	48.978
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	8.686	8.935
Fundo de Investimento Liquidez da Câmara BM&FBOVESPA Multimercado - FILCB	53.262	53.262
Total da carteira	4.310.060	4.336.368

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os títulos e valores mobiliários estão classificados na categoria Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado.

b. Classificação e composição por prazo de vencimento

	2020					2019
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de Mercado
Títulos para negociação ⁽¹⁾						
Carteira própria	199.064	19.276	734.109	1.852.278	139.951	2.944.678
Vinculados a compromisso de recompra	-	-	-	566.788	-	566.788
Vinculados à prestação de garantias na B3 ⁽²⁾	53.262	-	466.122	253.280	52.238	824.902
Total	252.326	19.276	1.200.231	2.672.346	192.189	4.336.368

(1) Os títulos públicos vinculados à prestação de garantia referem-se às operações realizadas junto à *clearing* de derivativos B3.

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

(d) Instrumentos financeiros derivativos

Estão representados por operações de futuros, *swap*, opções, operações a termo de título público e de moeda – NDF (*Non-Deliverable Forward*) e outros derivativos devidamente registrados na B3 ou na CETIP, conforme o caso, envolvendo taxas do mercado interfinanceiro, ações, *commodities* e variação cambial.

O Consolidado atua no mercado de futuros da B3, principalmente como parte da execução de sua política de gerenciamento de riscos, a fim de reduzir os riscos resultantes de suas operações (*hedge* global).

A área de Gerenciamento de Risco é independente e utiliza técnicas globais para mensuração dos potenciais riscos inerentes ao carregamento de suas posições.

A gestão de riscos e os controles internos existentes visam permitir que o Consolidado não se exponha excessivamente à movimentação das taxas de juros, índices de preços, do câmbio e de *commodities*.

Os controles mantidos são aprovados internamente, adotando-se os parâmetros internacionais utilizados pela organização mundialmente. Tais controles baseiam-se em parâmetros estatísticos, tais como “VaR”.

A precificação dos contratos futuros detidos pelo Consolidado é apurada com base nos preços de fechamento divulgados diariamente pela B3.

A precificação das operações de *swap* e a termo de título público e NDF é fundamentada pela geração de curvas de mercado obtidas por intermédio de estruturas temporais de taxas de juros, cujas cotações de preços são obtidas pela mesa de operações e divulgadas por agências como Bloomberg, Reuters, Anbima e a própria B3.

O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como *Black & Scholes*, utilizando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para analisar as volatilidades.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são:

- (a) *Contratos futuros* – moedas e taxas de juros: são obrigações contratuais de comprar ou vender um valor líquido baseado na mudança de determinada taxa de juros ou moeda ou o compromisso de comprar ou vender moeda estrangeira ou outro instrumento financeiro em uma data futura a um preço pré-estabelecido. Não é considerado o risco de crédito para a determinação do valor justo das operações com futuros, já que estes são garantidos por depósitos em dinheiro ou títulos (margem) e as mudanças no valor justo do instrumento são lançadas diretamente contra caixa (ajustes diários). As transações são efetuadas em Bolsa de Mercadorias e Futuros e a responsabilidade para a liquidação da operação é da Câmara de Compensação.

O apreamento dos contratos futuros detidos pelo Consolidado é feito com base nos preços de fechamento divulgados diariamente pela B3.

- (b) *Swaps* – moedas, taxas de juros e índices: consistem em um acordo entre duas partes para troca de risco de uma posição ativa (credora) ou passiva (devedora), em data futura, conforme critérios preestabelecidos. As trocas (*swaps*) mais comuns são as de taxas de juro, moedas e índices. O risco de crédito do Grupo representa o custo potencial para trocar o contrato de *swap* se as contrapartes

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

não cumprirem suas obrigações contratuais. O risco é monitorado em base contínua com referência ao valor justo.

O apreamento das operações de *swap* é feito com base em curvas de mercado obtidas por intermédio de estruturas temporais de taxas de juros, cujas cotações de preços são obtidas pela mesa de operações e divulgadas por agências como Bloomberg, Reuters, Anbima e a própria B3.

(c) Opções:

- **ações:** são compromissos onde o lançador da opção garante que o detentor da opção tenha o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender a ação em uma determinada data futura a um preço pré-estabelecido. As opções são negociadas em mercado ativo e não há inclusão do risco de crédito na mensuração do valor justo das opções.
- **taxa de câmbio:** são compromissos onde o lançador da opção garante que o detentor da opção tenha o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender um determinado montante em moeda, numa data futura, a uma taxa de câmbio fixada no presente (preço de exercício), podendo esta ser escolhida pelo comprador da opção.

O valor justo das opções é determinado através de modelos matemáticos (como: *Black-Scholes*) usando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo subjacente. Preços de mercado corrente são usados para determinar as volatilidades implícitas. A maioria dos modelos utilizados não contém um alto nível de subjetividade, pois as metodologias utilizadas nos modelos não requerem julgamento significativo e os dados do modelo são prontamente observáveis a partir de mercados ativamente negociados. Em algumas opções, dependendo principalmente do ativo subjacente, pode ser utilizado um modelo com parâmetros pouco observáveis.

- **Termo – moedas e títulos públicos:** são compromissos de comprar ou vender o ativo objeto em uma data futura, com o objetivo de proteção contra variações nos preços, normalmente com entrega do ativo-objeto contratado. Estes instrumentos são negociados em mercados de balcão, sendo de responsabilidade das partes as disposições do instrumento.

O apreamento das operações de termo de título público e moedas (termos com entrega ou NDFs) é feito com base em curvas de mercado obtida por intermédio de estruturas temporais de taxas de juros, cujas cotações de preços são obtidas pela mesa de operações e divulgadas por agências como Bloomberg, Reuters, Anbima e a própria B3.

• **Compensação dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos**

Os instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são apresentados de forma líquida no Balanço Patrimonial Consolidado, uma vez que existem acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional e as relações existentes entre as contrapartes está de acordo com as premissas definidas no parágrafo 42 do IAS 32 – Instrumentos Financeiros.

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

Apresentamos abaixo o efeito de compensação dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos (*offsetting*):

	31 de dezembro de 2020	
	Ativo	Passivo
Operações de swap	5.684.768	(6.479.211)
Operações de NDF	609.247	(422.676)
Operações de opções e outros derivativos	372.070	(280.417)
Certificados de operações estruturadas – COE	-	(213.915)
Termo de título público	100.792	(101.238)
Total de operações de derivativos	6.766.877	(7.497.457)
Efeito da compensação – transferido	(395.858)	424.105
Efeito da compensação – recebido	(424.105)	395.858
Total do efeito da compensação (*)	(819.963)	819.963
Total de operações de derivativos após compensação	5.946.914	(6.677.494)

	31 de dezembro de 2019	
	Ativo	Passivo
Operações de swap	2.208.385	(3.591.433)
Operações de NDF	149.479	(454.067)
Operações de opções e outros derivativos	231.600	(1.286.319)
Certificados de operações estruturadas – COE	-	(201.733)
Termo de título público	1.449.726	(1.450.233)
Total de operações de derivativos	4.039.190	(6.983.785)
Efeito da compensação – transferido	(404.802)	56.490
Efeito da compensação – recebido	(56.490)	404.802
Total do efeito da compensação (*)	(461.292)	461.292
Total de operações de derivativos após compensação	3.577.898	(6.522.493)

(*) Os valores de operações com futuros não são considerados no processo de compensação, uma vez que esta compensação é realizada pela B3.

Os valores dos subitens “Composição por indexador”, “Composição do valor nominal por contraparte”, “Composição do valor nominal por local de negociação”, “Comparação entre o valor de custo e o valor justo” a seguir estão apresentados sem efeito de compensação. Ou seja, apresentam a posição antes do processo de compensação.

- **Composição por indexador**

Os valores de registro dos contratos (*notional*) de determinados instrumentos financeiros permitem uma base de comparação com instrumentos reconhecidos na demonstração de posição financeira consolidada, mas não indicam necessariamente os fluxos de caixa futuros envolvidos ou o valor justo corrente do instrumento e, conseqüentemente, não indicam a exposição do Consolidado.

Os derivativos tornam-se favoráveis (ativos) ou desfavoráveis (passivos) como resultado de flutuações nas taxas de juros de mercado, nas taxas de câmbio, nos preços das ações e preços de mercadorias.

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

Os instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação em 31 de dezembro de 2020 e 2019, estão representados como segue:

	Valor a receber	Valor a pagar	2020 Valor nominal	2019 Valor nominal
Operações de swap	5.684.768	(6.479.211)	142.649.013	76.695.157
Ações x CDI	774	-	30.297	30.046
CDI x IPCA	-	(1.776.907)	17.354.537	7.204.080
CDI x Libor	-	(401.642)	808.152	771.757
CDI x Pré	2.890	(568.693)	53.955.555	32.655.998
CDI x USD	7.886	(3.190.118)	5.335.835	2.731.276
CDI x USD Pré	9.671	(25.792)	345.055	3.245.104
Índice de ação x USD	491	-	7.912	-
IPCA x CDI	638.911	(601)	10.243.177	2.756.455
Libor x CDI	286.393	-	657.218	589.988
Libor x USD	6.346	(11.200)	1.709.643	148.014
Pré x CDI	826.117	-	42.712.366	16.507.893
USD EMTA x USD	-	(428.710)	651.500	-
USD EMTA x USD Pré	-	-	-	-
USD Pré x CDI	94.561	(7.962)	524.175	2.785.769
USD Pré x USD EMTA	482.278	-	651.456	651.456
USD x CDI	3.317.948	(62.168)	6.056.955	5.398.353
USD x Índice de ação	-	(476)	7.918	-
USD x Libor	10.502	(4.942)	1.597.262	41.357
Opções de ações	38.882	(12.538)	466.491	1.110.195
Compra de opção de compra	18.498	-	110.318	323.275
Venda de opção de compra	-	(7.168)	76.797	329.666
Compra de opção de venda	20.384	-	150.344	249.250
Venda de opção de venda	-	(5.370)	129.032	208.004
Opções de moeda	75.456	(78.056)	2.220.070	1.438.203
Compra de opção de compra	70.559	-	727.321	531.783
Venda de opção de compra	-	(73.159)	727.321	531.783
Compra de opção de venda	4.897	-	382.714	185.463
Venda de opção de venda	-	(4.897)	382.714	189.174
Opções de commodities	1.972	-	28.397	-
Compra de opção de compra	1.972	-	28.397	-
NDF (Non-Deliverable Forward) de moedas	609.247	(422.676)	30.887.828	28.695.721
Posição comprada	175.014	(294.294)	12.921.762	18.089.056
Posição vendida	434.233	(128.382)	17.966.066	10.606.665
Outros derivativos	255.760	(189.823)	2.550.862	13.402.651
Posição comprada	255.760	-	1.872.337	1.483.377
Posição vendida	-	(189.823)	678.525	11.919.274
Recursos de aceites cambiais e similares	-	(213.915)	-	-

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

Certificados de operações estruturadas	-	(213.915)	-	-
Operações com futuros	15.526	(4.466)	23.369.856	30.206.963
Posição comprada	13.547	(3.585)	21.024.925	19.999.259
Cupom cambial - DDI	-	(3.052)	787.381	579.856
DI de 1 dia	992	-	8.455.054	14.386.530
Dólar	-	(413)	3.863.625	-
DAP	12.555	-	7.865.773	5.032.873
WDO	-	(120)	53.092	-
Posição vendida	1.979	(881)	2.344.931	10.207.704
Cupom cambial - DDI	1.979	-	1.126.783	8.553.866
DI de 1 dia	-	(527)	725.501	1.424.152
Dólar	-	-	-	229.686
WDO	-	(354)	492.647	-
Termo de título público	100.792	(101.238)	101.238	1.450.718
Compra a termo de título público	-	-	-	1.163.910
Venda a termo de título público	100.792	(101.238)	101.238	286.808
Total	6.782.403	(7.501.923)	202.273.755	152.999.608

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os valores a receber e a pagar referentes aos ajustes diários a liquidar junto à B3, acrescidos dos respectivos emolumentos estão contabilizados na rubrica “Negociação e intermediação de valores” (nota 13 (b)).

- Composição do valor nominal por contraparte**

	2020				2019	
	Instituições Financeiras	Corporate/ Setor Público	Institucional	B3	Total	Total
Swaps	4.957.778	14.685.329	123.005.906	-	142.649.013	76.695.157
Opções	-	1.110.035	1.194.001	410.922	2.714.958	2.548.398
NDF (<i>Non-Deliverable Forward</i>)	-	5.805.689	25.082.139	-	30.887.828	28.695.721
Outros derivativos	678.525	-	1.872.337	-	2.550.862	13.402.651
Operações com futuros	-	-	-	23.369.856	23.369.856	30.206.963
Termo de título público	101.238	-	-	-	101.238	1.450.718
Total	5.737.541	21.601.053	151.154.383	23.780.778	202.273.755	152.999.608

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

- **Composição do valor nominal por local de negociação**

	2020			2019
	Bolsa	Balcão	Valor nominal	Valor nominal
<i>Swaps</i>	-	142.649.013	142.649.013	76.695.157
Opções	410.922	2.304.036	2.714.958	2.548.398
NDF (<i>Non-Deliverable Forward</i>)	-	30.887.828	30.887.828	28.695.721
Outros derivativos	-	2.550.862	2.550.862	13.402.651
Operações com futuros	23.369.856	-	23.369.856	30.206.963
Termo de título público	-	101.238	101.238	1.450.718
Total	23.780.778	178.492.977	202.273.755	152.999.608

- **Comparação entre o valor de custo e o valor justo**

Os ajustes diários das operações realizadas em mercado futuro bem como o resultado dos contratos de *swap*, opções, termo de moeda e outros derivativos são registrados em receita ou despesa, quando auferidos, e representam seu valor justo atualizado.

	2020			2019
	Valor de custo	Ganhos/(perdas) não realizados	Valor de mercado	Valor de mercado
Ativo	4.726.196	2.040.681	6.766.877	4.039.190
Operações de <i>swap</i>	3.850.988	1.833.780	5.684.768	2.208.385
Operações de NDF	553.301	55.946	609.247	149.479
Operações de opções	74.159	42.151	116.310	64.315
Outros derivativos	146.949	108.811	255.760	167.285
Termo de título público	100.799	(7)	100.792	1.449.726
Passivo	(5.197.633)	(2.299.824)	(7.497.457)	(6.983.785)
Operações de <i>swap</i>	(4.297.621)	(2.181.590)	(6.479.211)	(3.591.433)
Operações de NDF	(373.569)	(49.107)	(422.676)	(454.067)
Operações de opções	(87.974)	(2.620)	(90.594)	(72.715)
Outros derivativos	(78.820)	(111.003)	(189.823)	(1.213.604)
Certificados de operações estruturadas	(258.411)	44.496	(213.915)	(201.733)
Termo de título público	(101.238)	-	(101.238)	(1.450.233)

(e) Operações de crédito

Em 31 de dezembro de 2020, as operações de crédito são compostas em sua totalidade por operações realizadas sob as modalidades de empréstimos de valores mobiliários de que trata a Resolução nº 3.539/2008 (2019 – zero), com vencimento até 16 de abril de 2021.

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

11) Ativo tangível

O ativo tangível do Consolidado diz respeito ao imobilizado para uso próprio. O Consolidado não tem ativos imobilizados mantidos como propriedade de investimento nem arrendados sob a condição de arrendamentos operacionais.

	2020			2019		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e equipamentos de uso	48.435	(39.436)	8.999	47.786	(34.487)	13.299
Imobilizações em curso	418	-	418	657	-	657
Comunicação	14.967	(14.300)	667	14.457	(14.024)	433
Processamento de dados	11.452	(8.158)	3.294	9.873	(7.190)	2.683
Total	75.272	(61.894)	13.378	72.772	(55.701)	17.072

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não foi reconhecida perda ao valor recuperável de ativos imobilizados.

	31 de dezembro de 2019		Reclassificação	Depreciação/Amortização	31 de dezembro de 2020
	Adições	Baixas			
Máquinas e equipamentos de uso	1.203	1	-	(459)	751
Benfeitorias em imóveis de terceiros	12.096	-	-	(4.490)	8.248
Sistemas de processamento de dados	2.683	1.579	-	(968)	3.294
Sistemas de comunicação	433	510	-	(276)	667
Máq. e equip. em estoque e imobilizações em curso	657	418	(8)	-	418
Total	17.072	2.508	(8)	(6.194)	13.378

12) Ativos dados como garantia

Os montantes de ativos financeiros dados em garantia estão demonstrados abaixo:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Letras do tesouro nacional (LTN)	1.200.709	532.727
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	48.978	125.801
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	8.935	234.241
Certificados de depósitos interfinanceiros (CDI)	157.545	78.163
Depósito em garantia	284.784	-
Fundo de investimento liquidez da câmara BM&FBOVESPA Multimercado (FILCB)	53.262	104.719
Total	1.754.213	1.075.651

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

13) Outros ativos

A composição que demonstra a classificação dos saldos da rubrica “Outros ativos” no balanço patrimonial consolidado é a seguinte:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Carteira de câmbio ^(a)	-	405
Negociação e intermediação de valores ^(b)	425.774	222.225
Valores a receber de sociedades ligadas (nota 18 (a))	132.645	119.262
Ativo de direito de uso (IFRS 16 – Arrendamentos) ^(c)	33.233	43.923
Diversos ^(d)	25.732	12.222
Total	617.384	398.037

(a) Carteira de câmbio

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os saldos da carteira de câmbio são compostos por:

	2020	2019
Ativo		
Câmbio comprado a liquidar	400.306	116.069
(-) Adiantamento em moedas estrangeiras recebido	(2.103)	-
Direitos sobre vendas de câmbio	2.384.889	139.473
Total	2.783.092	255.542
Passivo		
Câmbio vendido a liquidar	2.386.879	139.503
Obrigações por compra de câmbio	400.375	116.098
Total	2.787.254	255.601

Foram efetuadas as compensações do saldos ativos e passivos da carteira de câmbio e incluímos os saldos líquidos no balanço patrimonial consolidado.

(b) Negociação e intermediação de valores

Refere-se a depósitos em moeda estrangeira para garantia na Bolsa de Mercadorias de Câmbio (“BMC”) no montante de R\$ 284.784 (2019 – 40.181), devedores – conta liquidações pendentes no montante de R\$ 84.476 (2019 – R\$ 164.081) e a caixa de registro e liquidação no montante de R\$ 43.567 (2019 – 17.963) e a operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar no montante de R\$ 12.947 (2019 - zero).

(c) Ativo de direito de uso - Arrendatário

O total de ativo de direito de uso a valor presente reconhecido no Balanço Patrimonial Consolidado é apresentado abaixo:

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

	<u>31 de dezembro de 2020</u>	<u>31 de dezembro de 2019</u>
Circulante		
Até 1 ano	16.772	14.958
Não circulante		
De 1 a 5 anos	16.461	28.965
Total de pagamentos mínimos futuros	<u>33.233</u>	<u>43.923</u>

(d) Diversos

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os saldos da conta de Diversos são compostos por:

	<u>31 de dezembro de 2020</u>	<u>31 de dezembro de 2019</u>
Rendas a receber ⁽¹⁾	10.226	-
Despesas antecipadas	1.114	965
Outros ativos ⁽²⁾	14.392	11.257
Total	<u>25.732</u>	<u>12.222</u>

(1) Rendas a receber refere-se, principalmente, a serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira prestados a terceiros.

(2) Outros ativos incluem, principalmente, o reembolso de despesa decorrente do custo incorrido no desenvolvimento tecnológico de uso interno.

14) Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

O saldo dos passivos financeiros ao custo amortizado é composto por:

	<u>31 de dezembro de 2020</u>	<u>31 de dezembro de 2019</u>
Depósitos de clientes e instituições financeiras		
Depósitos interfinanceiros	-	930.284
Depósitos a prazo	6.280.094	-
Captações no mercado aberto	536.436	230.884
Obrigações por empréstimos e repasses		
Obrigações por empréstimos no exterior	-	377.332
Total	<u>6.816.530</u>	<u>1.538.500</u>

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

(a) Depósitos de clientes e instituições financeiras

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Depósitos a prazo	6.280.094	930.284
De 1 a 90 dias	-	2.207
De 91 até 360 dias	104.127	266.344
A vencer após 360 dias	6.175.967	661.733
Total de depósitos	6.280.094	930.284

Depósitos a prazo, representados por captações em Certificados de Depósitos Bancários, foram contratados a taxas que variam entre 98% e 115% do CDI, sendo o montante de R\$ 6.179.438 (2019 – R\$ 663.941) correspondente a transação com partes relacionadas (nota 18 (a)).

(b) Captações no mercado aberto

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 estão representadas por obrigações em operações compromissadas no montante de R\$ 536.436 (2019 – R\$ 230.884), sendo:

- R\$ 481.023 (2019 – R\$ 39.577) correspondentes a recompras a liquidar de operações compromissadas realizadas com títulos da carteira própria e liquidadas em 04 de janeiro de 2021, sendo o montante de R\$ 332.024 (2019 – R\$ 39.577) referente a transações com partes relacionadas;
- R\$ 55.413 (2019 – R\$ 191.307) correspondentes a obrigações referentes ao compromisso de devolução de títulos recebidos como lastro em operações compromissadas com acordo de livre movimentação, em razão da venda definitiva dos respectivos títulos, representadas por NTN-F.

(c) Obrigações por empréstimos

Em 31 de dezembro de 2019, referem-se a empréstimos captados no exterior junto à The Goldman Sachs Group, Inc., Nova Iorque, com vencimento em até 3 meses, no montante de US\$ 93.907, convertido pela taxa SPOT de fechamento equivalente a R\$ 377.332.

15) Outros passivos

A composição que demonstra a classificação dos saldos da rubrica “Outros passivos” no balanço patrimonial consolidado é a seguinte:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Carteira de câmbio (nota 13 (a))	4.162	390
Negociação e intermediação de valores ^(a)	153.489	110.903
Obrigações com partes relacionadas (nota 18 (a))	9.930	7.938
Pagamento baseado em ações (nota 18 (a))	63.871	41.662
Passivos contingentes e obrigações legais (nota 16)	5.814	824

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

Obrigações de arrendamento (IFRS 16) ^(b)	33.544	44.875
Diversas ^(c)	182.318	139.807
Total	453.128	346.399

(a) Negociação e intermediação de valores

Refere-se a comissões e corretagens a pagar no montante de R\$ 993 (2019 - R\$ 1.350), credores - conta liquidações pendentes no montante de R\$ 130.436 (2019 - R\$ 65.281) e a credores por empréstimos de ações no montante de R\$ 22.060 (2019 - zero). Em 31 de dezembro de 2019, refere-se ainda a operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar no montante de R\$ 44.272.

(b) Obrigações de arrendamento – Arrendatário

O Consolidado é arrendatário, principalmente, de imóveis para uso em suas operações que incluem opções de renovação e cláusulas de reajuste. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a saída de caixa com arrendamentos totalizou R\$ 17.252. Não há contratos de subarrendamento.

O total de passivos de arrendamento a valor presente reconhecidos no Balanço Patrimonial Consolidado é apresentado abaixo:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Circulante		
Até 1 ano	16.614	14.305
Não circulante		
De 1 a 5 anos	16.930	30.570
Total de pagamentos mínimos futuros	33.544	44.875

Valores de arrendamento reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Despesas de depreciação	(16.616)	(14.641)
Receita/(despesa) de juros	5	(2.635)
Total	(16.611)	(17.276)

No período de 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020 não houve ajuste de redução ao valor recuperável registrado no resultado do período.

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

(c) Diversas

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os saldos estão compostos por:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Provisão para outras despesas administrativas	28.789	19.089
Provisão para despesas de pessoal ⁽¹⁾	147.914	117.175
Passivos atuariais ⁽²⁾	1.411	-
Credores diversos – país	4.204	3.543
Total	182.318	139.807

(1) Provisão para despesas de pessoal refere-se, principalmente, a gratificações a pagar (bônus) no montante de R\$ 93.257 (2019 - R\$ 76.005) e a impostos sobre gratificações a pagar (bônus) no montante de R\$ 31.428 (2019 - R\$ 25.613).

(2) O Consolidado oferece plano de saúde para seus colaboradores e dependentes, arcando com uma parcela do custo do plano. O passivo atuarial reconhecido corresponde ao valor presente das obrigações atuariais de longo prazo e é originado pelo subsídio concedido pelo Conglomerado aos colaboradores inativos, correspondendo à diferença entre o custo do beneficiário e sua contribuição esperada ao longo do tempo.

O valor registrado contabilmente em “Outros passivos - Passivo atuarial” no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é R\$ 1.411 (2019 - zero), tendo como contrapartida de “Outros resultados abrangentes”, uma perda de R\$ 846 (2019 - zero), líquida dos efeitos fiscais.

16) Provisão para passivos contingentes e obrigações legais

- **Passivos contingentes trabalhistas classificados como risco de perda provável e possível**

Em 31 de dezembro de 2020, o Consolidado figura como parte em litígios de natureza trabalhista, patrocinados por ex-funcionários e ex-prestadores de serviços. O valor das contingências é provisionado com base nas características individuais de cada ação. Em 31 de dezembro de 2020, as contingências trabalhistas classificadas como perda de risco provável pela Administração, amparada pelo apoio de seus consultores legais externos, totaliza R\$ 814 (2019 – R\$ 824).

Apresentamos as movimentações ocorridas no período em relação as contingências registradas:

Contingências trabalhistas	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Saldo Inicial	824	124
Adição	-	824
Utilização / Reversão	(10)	(124)
Saldo Final	814	824

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

Em 31 de dezembro de 2020, não existem contingências trabalhistas classificadas como possíveis, com base nos pareceres emitidos pelos consultores legais externos responsáveis pela condução das ações (2019 - zero).

- **Passivos contingentes regulatórios classificados como risco de perda provável e possível**

Em dezembro de 2020 o Conglomerado apresentou Proposta de Termo de Compromisso para a CVM com a intenção de encerrar Processo Administrativo junto a referida autarquia. O montante que poderá vir a ser pago pelo Conglomerado para a CVM no âmbito do referido Termo de Compromisso, caso o mesmo venha a ser aprovado pela CVM, poderá atingir R\$ 5.000 (2019 – zero).

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não existem contingências regulatórias classificadas como possíveis, com base nos pareceres emitidos pelos consultores legais externos responsáveis pela condução dos processos.

- **Passivos contingentes fiscais classificados como risco de perda possível**

O Consolidado é parte em processos na esfera administrativa da Receita Federal do Brasil de natureza tributária que são caracterizados como passivos contingentes e cujo risco de perda é classificado como possível pelos advogados externos responsáveis pela condução da defesa.

Os processos envolvem os seguintes assuntos: (a) PIS e COFINS sobre ganhos decorrentes da desmutualização da CETIP no valor de R\$ 417 (2019 - R\$ 410); (b) PIS e COFINS sobre ganhos decorrentes de desmutualização da BOVESPA no valor de R\$ 4.817 (2019 - R\$ 4.745); (c) IRPJ relativo aos exercícios de 2009 a 2011, em razão da suposta dedução indevida de gratificações pagas a diretores no valor de R\$ 9.213 (2019 - R\$ 9.213); e (d) IRPJ relativo ao exercício de 2014, em razão da suposta dedução indevida de gratificações pagas a diretores no valor de R\$ 7.093, atualizados pela Selic acumulada desde a data do auto de infração até 31 de dezembro de 2020.

Ainda, o Consolidado é parte em processo na esfera administrativa da Receita Federal do Brasil de natureza tributária que é caracterizado como passivo contingente e cujo risco de perda é classificado como possível pelos advogados externos responsáveis pela condução da defesa.

O processo envolve PIS e COFINS sobre as receitas de Exportação de Serviços para o período de 31 de março de 2013 à 31 de dezembro de 2014, no valor de R\$ 9.413 (2019 – R\$ 9.413).

17) Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social subscrito e totalmente integralizado é representado, em 31 de dezembro de 2020, por 1.528.096.500 (2019 - 1.468.596.500) ações ordinárias nominativas sem valor nominal ao preço unitário de R\$ 1 (hum real) cada ação, em conformidade com a regulamentação aplicável.

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada no dia 29 de dezembro de 2020, foi aprovado o aumento de capital proposto pela Administração no montante de R\$ 59.500 (2019 - R\$ 85.000), mediante a emissão de 59.500.000 (2019 – 85.000.000) de novas ações ordinárias nominativas sem valor nominal ao preço unitário de R\$ 1 (hum real) cada, oriundo dos juros distribuídos a título de remuneração sobre o capital próprio (nota 17 (d)). Esse aumento de capital encontra-se em processo de homologação junto ao Banco Central do Brasil.

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

(b) Reservas de capital

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da rubrica “Reserva de capital” totaliza R\$ 33.212 (2019 – R\$ 33.212), sendo composta por contribuição ao capital decorrente do pagamento baseado em ações do plano de incentivo de ações e de unidades de ações restritas (RSUs) sobre serviços prestados ao Consolidado por seus colaboradores para os quais não havia acordo de repagamento junto ao The Goldman Sachs Group Inc..

(c) Reservas e retenção de lucros

Nos termos do artigo 189, da Lei nº 6.404/76, do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto sobre a Renda. Ainda, nos termos do artigo 193 da referida lei, do lucro líquido do período, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. Conforme mencionado no parágrafo segundo do referido artigo, a reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da rubrica “Reservas de lucros” totaliza R\$ 555.743 (2019 – R\$ 421.382), sendo constituída por Reserva Legal no montante de R\$ 45.813 (2019 – R\$ 35.364) e Reserva Estatutária no montante de R\$ 509.930 (2019 – R\$ 386.018).

(d) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Nos termos do artigo 24 do Estatuto Social do Banco, a Diretoria poderá declarar dividendos à conta do lucro apurado no balanço levantado em 31 de dezembro de cada ano. O pagamento de juros sobre o capital próprio (“JCP”) é efetuado dentro do limite de dedutibilidade e apurado sobre o lucro do exercício. Com base na Deliberação CVM n.º 683/2012 o tratamento contábil dado aos JCP é análogo ao tratamento dado aos dividendos obrigatórios, ou seja, o valor determinado é lançado diretamente na conta de Lucros acumulados.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 29 de dezembro de 2020 foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio aos acionistas no montante de R\$ 70.000 (2019 - R\$ 100.000). O imposto de renda retido na fonte à alíquota de 15% foi de R\$ 10.500 (2019 - R\$ 15.000). Adicionalmente a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a utilização do valor líquido de R\$ 59.500 (2019 – R\$ 85.000) para o aumento do capital social do Banco.

18) Transações com partes relacionadas

(a) Empresas controladoras, controladas e outras partes relacionadas

As transações realizadas entre o Consolidado e as partes relacionadas, a saber: com controladores (1), coligadas (2), e com outras partes relacionadas (3) estão representadas a seguir:

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

	2020		2019	
	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)
Aplicações em moedas estrangeiras	2.984.116	(79.921)	-	-
The Goldman Sachs Group, Inc. (1)	2.984.116	(79.921)	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	4.646.146	2.362.712	(351.332)	(947.179)
Goldman Sachs Participações II Ltda. (2)	-	(11)	-	-
Horizon Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado (3)	1.693.000	826.327	(53.518)	(619.076)
Sphere Fundo de Investimento Multimercado - Investimento no Exterior Crédito Privado (3)	2.953.146	1.536.396	(297.814)	(328.103)
Outros créditos – Carteira de câmbio	-	-	181	-
Goldman Sachs International (2)	-	-	181	-
Outros créditos – Negociação e intermediação de valores	242	13.280	115.756	16.917
Goldman Sachs & Co. LLC (2)	-	-	-	3
Goldman Sachs International (2)	242	12.995	115.752	16.136
Sphere Fundo de Investimento Multimercado - Investimento no Exterior Crédito Privado (3)	-	285	4	778
Outros ativos - Valores a receber de sociedades ligadas	132.645	493.993	119.262	426.800
Goldman Sachs & Co. LLC (2)	27.788	128.921	42.022	153.716
Goldman Sachs Asset Management International (2)	1.970	6.407	2.290	8.544
Goldman Sachs Asset Management, LP. (2)	1.970	5.934	384	1.434
Goldman Sachs Australia Services PTY Ltd (2)	3	-	-	-
Goldman Sachs Capital Markets, LP. (2)	-	5.943	-	-
Goldman Sachs International (2)	93.043	316.656	68.179	251.803
Goldman Sachs Japan Co., LTD (2)	1.202	1.202	-	-
Horizon Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado (3)	154	1.720	110	1.203
J. Aron & Company (2)	135	2.869	244	651
Sphere Fundo de Investimento Multimercado - Investimento no Exterior Crédito Privado (3)	748	8.451	705	8.335
The Goldman Sachs Group, Inc. (1)	5.601	15.835	5.302	-
Valores a receber de outras partes relacionadas (2)	31	55	26	1.114
Depósitos a prazo	(6.179.438)	(135.524)	(663.941)	(41.714)
Goldman Sachs & Co. LLC (2)	-	(328)	-	-
Goldman Sachs Participações II Ltda. (2)	(2.514)	(70)	(2.737)	(142)
Goldman Sachs Participações Ltda. (2)	(4.773)	(126)	(4.647)	(234)
Horizon Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado (3)	(2.009.546)	(44.634)	(157.827)	(7.801)
Sphere Fundo de Investimentos Multimercado - Investimento no Exterior Crédito Privado (3)	(4.162.605)	(90.366)	(498.730)	(33.537)
Obrigações por operações compromissadas	(332.024)	(1.375)	(39.577)	(10.766)
Sphere Fundo de Investimento Multimercado - Investimento no Exterior Crédito Privado (4)	(332.024)	(1.375)	(39.577)	(10.766)
Outras obrigações – Carteira de câmbio	-	-	(180)	-
Goldman Sachs International (2)	-	-	(180)	-

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

Outras obrigações – Negociação e intermediação de valores	-	(4)	(980)	-
Goldman Sachs Capital Markets, LP. (2)	-	(4)	-	-
Sphere Fundo de Investimento Multimercado – Investimento no Exterior Crédito Privado (4)	-	-	(980)	-
Outros passivos - Valores a pagar a sociedades ligadas	(73.801)	(32.383)	(49.600)	(7.260)
Goldman, Sachs & Co. LLC (2)	(5.153)	(32.073)	(6.889)	(4.269)
Goldman Sachs International (2)	(3.670)	(204)	(447)	(2.606)
The Goldman Sachs Group, Inc. (1)	(64.753)	1	(42.205)	-
Valores a pagar a outras partes relacionadas (2)	(225)	(107)	(59)	(385)
Empréstimos no exterior	-	(12.577)	(377.332)	(193.866)
The Goldman Sachs Group, Inc (1)	-	(12.577)	(377.332)	(193.866)
Patrimônio líquido - Capital social	(1.528.096)	-	(1.468.596)	-
The Goldman Sachs Group, Inc. (1)	(1.528.096)	-	(1.467.128)	-
Goldman Sachs Global Holdings L.L.C. (1)	(1.528)	-	(1.468)	-

(i) Outros valores a pagar referem-se a reembolsos de despesas junto a partes relacionadas, principalmente, o repagamento do plano de incentivo de ações (RSU).

As transações entre partes relacionadas foram contratadas em termos equivalentes aos que prevalecem em transações entre partes independentes, considerando-se prazos e taxas médias usuais de mercado e a ausência de risco, vigente nas respectivas datas.

(b) Remuneração de pessoas chave da administração

Para fins de divulgação, são considerados pessoas chave da Administração os diretores estatutários do Consolidado.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Benefícios de curto prazo – Administradores		
Proventos	29.478	28.808
Encargos sociais curto prazo	8.956	8.928
Benefícios de longo prazo – Administradores		
Pagamento baseado em ações	17.354	9.399
Encargos sociais longo prazo	5.848	3.167

Benefícios referem-se, principalmente, à férias, décimo terceiro salário, auxílio-creche, assistência médica, vale refeição e alimentação e seguro de vida.

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

19) Plano de previdência privada e de incentivo de ações

(a) Plano de previdência privada

O Consolidado oferece a todos os funcionários um plano de previdência privada PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre) na modalidade de contribuição definida.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o Consolidado contribuiu com R\$ 4.226 (2019 - R\$ 3.888) para o fundo de previdência.

(b) Plano de incentivo de ações

The Goldman Sachs Group, Inc. empresa controladora do Consolidado, patrocina o plano de pagamento em ações, Plano de Incentivo de Ações da *The Goldman Sachs Group, Inc.* (SIP), que prevê, entre outras alternativas, concessões de opções de ações de incentivo e unidades de ações restritas (RSUs).

A prestação de serviço do empregado em contrapartida ao prêmio de ações é mensurada com base no valor justo da data da outorga do prêmio. Prêmios de ações que não requerem prestação de serviços futuros são reconhecidos como despesa (ex, prêmios adquiridos, incluindo prêmios concedidos a ex-empregados elegíveis). Prêmios de ações que requerem prestação de serviços futuros são amortizados no decorrer do período do serviço prestado. As prescrições previstas são incluídas na determinação da despesa de pagamento de ações a empregados. As entidades pertencentes ao Consolidado pagam dividendos equivalentes em dinheiro sobre o saldo RSUs.

- **Unidades de ações restritas**

A empresa controladora indireta outorga RSUs para os empregados das entidades pertencentes ao Consolidado de acordo com o SIP, as quais são avaliadas com base no preço de fechamento das ações na data da outorga levando em consideração um desconto de liquidez de quaisquer restrições aplicáveis pós-aquisição de transferência. O direito adquirido sobre as unidades de ações restritas, bem como as ações ordinárias entregues, são concedidas conforme descrito no acordo de RSU, prevendo outorga acelerada em determinadas circunstâncias, tais como, aposentadoria, morte, incapacidade e conflito de trabalho. A entrega das ações ordinárias está condicionada à aquisição de direito dos beneficiários que preenchem os requisitos definidos no plano de incentivos.

A movimentação das RSUs para 31 de dezembro de 2020 e de 2019 está demonstrada a seguir:

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

	2020		2019	
	Requer serviço futuro (<i>unvested</i>) (n° de ações)	Não requer serviço futuro (<i>vested</i>) (n° de ações)	Requer serviço futuro (<i>unvested</i>) (n° de ações)	Não requer serviço futuro (<i>vested</i>) (n° de ações)
<u>Movimentação pela quantidade de ações:</u>				
Saldo ao final do exercício anterior	30.942	31.557	18.882	31.288
Outorgada ⁽¹⁾⁽²⁾ (<i>granted</i>)	20.096	4.965	35.659	13.381
Prescrita (<i>forfeited</i>)	(3.973)	-	(493)	(3.932)
Entregue ⁽³⁾ (<i>delivered</i>)	-	(26.098)	-	(30.207)
Adquirida por direito ⁽²⁾ (<i>vested</i>)	(20.244)	20.244	(21.027)	21.027
Transferida entrada/(saída) (<i>transfers</i>)	394	-	(2.079)	-
Saldo ao final do exercício	27.215	30.668	30.942	31.557

	2020		2019	
	Requer serviço futuro (<i>unvested</i>) (média ponderada)	Não requer serviço futuro (<i>vested</i>) (média ponderada)	Requer serviço futuro (<i>unvested</i>) (média ponderada)	Não requer serviço futuro (<i>vested</i>) (média ponderada)
<u>Movimentação pela média ponderada (Em Reais):</u>				
Saldo ao final do exercício anterior *	1.012,93	1.012,19	879,77	767,98
Outorgada ⁽¹⁾⁽²⁾ (<i>granted</i>)	1.149,36	1.207,92	724,89	742,59
Prescrita (<i>forfeited</i>)	1.050,05	-	794,87	748,26
Entregue ⁽³⁾ (<i>delivered</i>)	-	1.032,96	-	739,12
Adquirida por direito ⁽²⁾ (<i>vested</i>)	1.051,56	1.051,56	768,39	768,39
Transferida entrada/(saída) (<i>transfers</i>)	1.060,34	-	768,69	-
Saldo ao final do exercício *	1.080,22	1.052,19	785,65	785,08

* O “saldo ao final do exercício” para o ano de 2020 difere do “saldo ao final do exercício anterior” em 2019, para fins dessa divulgação, em função da taxa utilizada para conversão dos valores em dólares em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019.

- (1) A média ponderada a valor justo na data da outorga das RSUs concedidas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 1.170,17 (2019 - R\$ 731,53). O valor justo das RSUs outorgadas em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 inclui um desconto de liquidez (*liquidity discount*) de 9,83% e 8,85% respectivamente para refletir restrições de até 4 anos pós-aquisição do direito de transferência.
- (2) O valor justo agregado das ações com direito adquirido em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 15.161,53 (2019 - R\$ 13.549,49).
- (3) A média ponderada na data de entrega das RSUs entregues em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 1.284,05 (2019 - R\$ 796,91).

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

O Consolidado registrou o total de despesas de provisão para pagamento em ações, líquido de prescrições, baseado no preço da data de outorga. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi registrado na rubrica “Despesas de pessoal” o montante de R\$ 40.085 (2019 – R\$ 22.775) referente a amortização dos prêmios em ações e do efeito da variação cambial calculada sobre o saldo da provisão para pagamento em ações registrada no passivo.

A contrapartida do lançamento acima foi contabilizada como provisão no Passivo.

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o Consolidado registrou uma despesa de provisão de encargos sociais, baseados no valor atual da ação, no montante de R\$ 17.953 (2019 - R\$ 11.458).

Considerando o contrato de repagamento assinado em 31 de dezembro de 2012 com a The Goldman Sachs Group, Inc. a provisão para pagamento em ações referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 corresponde ao valor ajustado a mercado de R\$ 63.871 (2019 - R\$ 41.738) (nota 15(a)) registrado na rubrica “Outros Passivos - Valores a pagar a sociedades ligadas”. A provisão de encargos sociais é de R\$ 24.830 em 31 de dezembro de 2020 (2019 - R\$ 15.717) registrada na rubrica “Outros Passivos - Provisão para Outras Despesas Administrativas”.

20) Receita de juros e similares

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	180.152	448.841
Títulos e valores mobiliários	165.234	255.470
Operações de crédito	1.697	13.500
Aplicações em depósitos interfinanceiros	3.728	4.996
Aplicações em operações compromissadas	89.004	174.875
Aplicações em moedas estrangeiras	(79.511)	-
Total	180.152	448.841

21) Despesa de juros e similares

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Depósitos interfinanceiros	37	201
Depósitos a prazo	141.303	72.712
Captações no mercado aberto	2.750	26.310
Obrigações por empréstimos e repasses	519.100	193.866
Outros	7.037	4.299
Total	670.227	297.388

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

22) Ganhos (perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Títulos e valores mobiliários	5.724	292.925
Títulos de renda fixa	(258.192)	(142.929)
Títulos de renda variável	(110.772)	(12.479)
Lucros na venda de títulos públicos	374.688	448.333
Instrumentos financeiros derivativos	591.875	(500.478)
Operações de <i>swaps</i>	(646.387)	(1.592.590)
Opções de ações e de moedas	78.055	(147.370)
NDF de moedas	755.376	(219.129)
Operações com futuros	421.270	1.462.812
Outros	(16.439)	(4.201)
Total	597.599	(207.553)

23) Receita líquida de comissões e prestação de serviços

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Rendas de serviços prestados a ligadas ⁽¹⁾	429.901	373.832
Rendas de corretagens de operações em bolsas	104.768	99.597
Rendas de serviços de consultoria e assessoria técnica ⁽²⁾	102.078	77.600
Rendas de comissões de colocação de títulos	15.146	44.955
Rendas de administração de fundos de investimentos ⁽³⁾	10.170	9.525
Total	662.063	605.509

⁽¹⁾ Referem-se a rendas de serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira prestadas à partes relacionadas.

⁽²⁾ Em 31 de dezembro de 2020 referem-se a rendas de serviços prestados a terceiros.

⁽³⁾ Rendas de gestão de fundos de investimentos são compostas, na sua totalidade, por receita com partes relacionadas.

24) Outras receitas/(despesas) operacionais

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Reversão de provisões	737	1.242
Recuperação de encargos e despesas	1.108	3.691
Atualização monetária sobre tributos a recuperar	646	906
Provisões passivas – Contingências	(5.000)	-
Despesas tributárias	(74.246)	(61.268)
Outros	1.042	4.078
Total	(75.713)	(51.351)

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

25) Despesas de pessoal

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Proventos	209.522	184.256
Encargos	95.345	80.628
Benefícios e treinamentos	32.549	29.890
Pagamento baseado em ações	52.259	33.690
Total	389.675	328.464

26) Outras despesas administrativas

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Serviços do sistema financeiro ⁽¹⁾	27.873	42.235
Depreciação e amortização	22.810	20.198
Processamento de dados	14.332	10.341
Serviços de terceiros	6.345	5.258
Comunicação, publicações, propaganda e publicidade	4.821	4.335
Serviços técnicos especializados	4.712	4.134
Materiais, manutenção e conservação de bens	3.925	4.290
Seguros, vigilância e segurança	3.551	4.125
Contribuições filantrópicas	2.351	-
Promoções e relações públicas	1.622	2.079
Viagens	1.189	9.203
Aluguel	556	4.551
Outras despesas administrativas	14.358	14.087
Total	108.445	124.836

(1) Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, serviços do sistema financeiro incluem comissões por indicação (“referral fees”) e comissões de distribuição de Certificados de Operações Estruturadas (“COE”) emitidos pelo Banco no valor de R\$ 13.300 (2019 - R\$ 24.544).

27) Imposto de renda (IR) e contribuição social (CS)

(a) Cálculo do imposto sobre o lucro tributável

	2020		2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	327.831	327.831	300.329	300.329
Participações estatutárias no lucro	(6.118)	(6.118)	(5.626)	(5.626)
Juros sobre o capital próprio	(70.000)	(70.000)	(100.000)	(100.000)
Resultado antes da tributação sobre o lucro ajustado	251.713	251.713	194.703	194.703

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

Imposto de renda (25%) e contribuição social (15% a partir de 2019 e 20% até 2018)	62.928	45.829	48.676	29.206
Diferenças temporárias	(10.086)	(8.120)	17.606	10.564
Diferenças permanentes (Constituição)/ compensação de prejuízo fiscal de períodos anteriores	3.661	(610)	(2.858)	(3.553)
(Constituição)/ compensação de base negativa de CSLL de períodos anteriores	–	–	(1.673)	–
Outros	–	(307)	–	(7.910)
	–	–	507	404
Imposto de renda e contribuição social do exercício	56.503	36.792	62.258	28.711

(b) A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários são demonstrados como segue:

	2020			2019		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Diferenças temporárias	325.386	259.726	585.112	169.980	133.376	303.356
Marcação a mercado negativa - TVM e derivativos	296.104	236.883	532.987	152.288	121.010	273.298
Unidades de ações restritas - RSU	18.583	14.494	33.077	12.837	8.685	21.522
Remuneração variável	2.821	2.227	5.048	1.675	1.313	2.988
Outros	3.903	3.090	6.993	3.180	2.368	5.548
Outras provisões – Patrimônio líquido	3.975	3.032	7.007	–	–	–
Base negativa	–	–	–	–	229	229
Total de ativos fiscais diferidos	325.386	259.726	585.112	169.980	133.605	303.356
Marcação a mercado positiva – TVM e derivativos	(362.590)	(290.072)	(652.662)	(199.489)	(159.557)	(359.046)
Outras provisões - Patrimônio líquido	–	–	–	(1.375)	(946)	(2.321)
Total de passivos fiscais diferidos	(362.590)	(290.072)	(652.662)	(200.684)	(160.503)	(361.367)
Total de ativos e passivos tributários diferidos	(37.204)	(30.346)	(67.550)	(30.884)	(26.898)	(57.782)

Uma vez atendidos os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, quais sejam: (i) histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social em pelo menos três dos últimos cinco semestres sociais, e (ii) expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos; no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o Conglomerado reconhece ativo fiscal diferido sobre imposto de renda e contribuição social relativos a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, nos montantes de R\$ 325.386 (2019 – R\$ 169.980) e R\$ 259.726 (2019 – R\$ 133.605), respectivamente. A previsão de realização dos créditos tributários no montante de R\$ 586.673 é estimada em 50% no 1º ano, 11% do 2º ao 7º ano e 39% nos últimos três anos. O valor presente dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, calculados considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base nas taxas médias de captação

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

do Conglomerado, monta R\$ 250.078 e R\$ 199.514, respectivamente. O valor de crédito tributário não ativado sobre o prejuízo fiscal do imposto de renda monta R\$ 9.051 (2019 – R\$ 9.051).

Em 31 de dezembro de 2020, os passivos tributários diferidos totalizam R\$ 652.662 (2019 – R\$ 361.367).

Para fins de apresentação do balanço patrimonial o saldo do ativo fiscal diferido foi compensado contra o saldo de passivo fiscal diferido, conforme requerido pelo IAS 12.

(c) Alíquotas efetivas

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Lucro líquido antes da tributação	310.554	280.344
Impostos de renda e contribuição social	106.193	83.564
Alíquota efetiva	-34%	-30%

(d) Impostos correntes

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Imposto e contribuições sobre lucros ⁽¹⁾	39.706	29.702
Impostos sobre serviços de terceiros	35.923	1.562
Imposto e contribuições sobre salários	8.726	8.268
Outros	12.867	24.040
Total	97.222	63.572

⁽¹⁾ Para fins de apresentação do balanço patrimonial o saldo de imposto de renda e contribuição social a compensar, no montante de R\$ 12.913 (2018 - R\$ 13.915) foi compensado contra o saldo de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a pagar, conforme requerido pelo IAS 12.

(e) Impostos diferidos

Refere-se a imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajuste a valor de justo de instrumentos financeiros no montante de R\$ 67.550 (2019 – R\$ 57.782) e aos ajustes temporários decorrentes das práticas contábeis emitidas pelo Banco Central do Brasil e as normas em IFRS.

28) Compensação de ativos e passivos financeiros

Os saldos não compensados no balanço patrimonial consolidado comparando a posição da contraparte (a compensação de ativos e passivos financeiros para uma determinada contraparte existe quando há um direito legal de compensação sob um acordo) e as garantias recebidas incluídas no contrato de crédito que não atendem aos critérios de compensação de acordo com o IFRS.

Nos casos em que o Consolidado recebeu ou incluiu garantias nos contratos de crédito, mas ainda não determinou se tais contratos são executáveis, a garantia relacionada não foi incluída nos montantes não compensados nos balanços patrimoniais consolidados.

Apresentamos abaixo as posições para 31 de dezembro de 2020 e de 2019 antes de compensação:

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

31 de dezembro de 2020						
	Montante bruto ativos financ. reconhecidos	Montante bruto - reconhecido de forma líq. no BP	Montante líq. ativos financ. apresentados no BP	Montante relacionado não compensado no BP		Total
				Instrum. financeiros	Garantias recebidas	
Instrumentos financeiros derivativos						
- ativo	6.766.877	395.858	5.946.914	6.371.019	-	5.946.914
Instrumentos financeiros derivativos						
- passivo	(7.497.643)	(424.105)	(6.677.494)	(7.073.538)	-	(6.677.494)
31 de dezembro de 2019						
	Montante bruto ativos financ. reconhecidos	Montante bruto - reconhecido de forma líq. no BP	Montante líq. ativos financ. apresentados no BP	Montante relacionado não compensado no BP		Total
				Instrum. financeiros	Garantias recebidas	
Instrumentos financeiros derivativos						
- ativo	4.039.191	563.240	3.577.898	3.489.189	-	3.577.898
Instrumentos financeiros derivativos						
- passivo	(6.983.786)	(1.622.529)	(6.522.493)	(5.159.568)	-	(6.522.493)

29) Eventos subsequentes

A Administração do Consolidado monitora e avalia constantemente os desdobramentos relacionados ao COVID-19, adotando ações preventivas que assegurem o bem estar de seus colaboradores e a continuidade de seus negócios. Na presente data, a Administração não estima impactos significativos sobre os resultados em períodos subsequentes.

DIRETORIA		CONTADORA
André dos Santos Mendonça	Paula Penna Moreira	Tatiana L. M. Navarro
Gersoní Analla Fernandes Montes Munhoz	Ricardo Donisete Stabile	Baldivieso
José Rodolfo Leite Soares	Ricardo Genis Mourão	CRC
Juliano Meira Campos Arruda	Ricardo Henrique Tardelli Bellissi	1SP240271/O-7
Kathia Aparecida Autuori	Sílvia Regina C. Valente	